

DÉBORA JULIANA NEPOMUCENO DE SOUZA

**BENEFÍCIOS SOCIAIS DE UMA UNIVERSIDADE
COMUNITÁRIA PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE
DO ENSINO NOTURNO NA UCDB**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPO GRANDE-MS
NOVEMBRO/2009**

DÉBORA JULIANA NEPOMUCENO DE SOUZA

**BENEFÍCIOS SOCIAIS DE UMA UNIVERSIDADE
COMUNITÁRIA PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE
DO ENSINO NOTURNO NA UCDB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica Dom Bosco/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas/ Curso de Serviço Social, como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof. Dr^a Mariluce Bittar.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
CAMPO GRANDE-MS
NOVEMBRO/2009**

DÉBORA JULIANA NEPOMUCENO DE SOUZA

**BENEFÍCIOS SOCIAIS DE UMA UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA
PARA A PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE DO ENSINO NOTURNO
NA UCDB**

**COMISSÃO JULGADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Presidente e

Orientador(a) Mariluce Bittar

2º Examinador (a) Carina Elisabeth Maciel

3º Examinador (a) Salete Marinho de Sá

Campo Grande – MS, 30 de Novembro de 2009.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso aos meus pais, Marlene e Arnaldo, que me concederam a oportunidade de entrar, permanecer e concluir este curso, que me apoiaram com amor e carinho, que me concederam a oportunidade de me dedicar totalmente aos estudos durante minha graduação, que fizeram o possível e com intervenção de Deus o impossível para que eu me tornasse quem sou hoje. Amo vocês!
E ao meu querido Pastor Fernando Loureiro Mendes que muito me apoiou ao iniciar este curso e me acompanha desde os tempos de criança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu amado e querido Deus, pela vida, pelo sustento, pelo seu incomparável e imensurável amor que faz questão de provar dia após dia para com a minha vida. Agradeço pelo que Ele já fez, está fazendo e ainda fará em mim e através de mim.

Agradeço ao meu lindo futuro esposo, Bruno Roberto, pelo seu amor, pelas horas de apoio, compreensão, carinho, as palavras doces, pela grande paciência que teve durante todo esse tempo comigo e pela longa amizade de cultivamos durante tantos anos.

Agradeço aos meus irmãos, Danielle e Junior por fazerem parte da minha vida

Agradeço a minha querida orientadora Prof^ª Dr^ª Mariluce Bittar, só Deus sabe o quanto a amo e o quanto me sinto orgulhosa de tê-la como orientadora, obrigada pela dedicação, paciência, por sempre apostar em mim, por tudo que me ensinou e pela sua amizade.

Agradeço aos meus eternos amigos, a todos que me apoiaram, que me deram forças, as minhas amigas da sala, quantas alegrias, estresses e tristezas já passamos juntas, agradeço pela força que sempre encontramos uma nas outras.

Agradeço a todos do Ministério Peniel em Campo Grande – MS, a equipe de louvor da qual faço parte durante nove anos, a equipe de jovens, que de maneira direta e indiretamente me proporcionaram momentos muito alegres e de renovação.

Agradeço aos professores do Curso de Serviço Social, aqueles que se dedicaram a nos ensinar e a formar profissionais competentes.

Há pessoas que desejam saber só por saber, e isso é curiosidade; outras, para alcançarem fama, e isso é vaidade; outras, para enriquecerem com a sua ciência, e isso é um negócio torpe; outras, para serem edificadas, e isso é prudência; outras, para edificarem os outros, e isso é caridade. (São Tomás de Aquino)

SOUZA, Débora Juliana Nepomuceno. Benefícios Sociais de uma Universidade Comunitária para a Permanência do Estudante Trabalhador do Ensino Noturno na UCDB. Campo Grande/MS, Novembro. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel). Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Este trabalho analisa, do ponto de vista teórico e prático, o Estágio Supervisionado realizado no Setor de Serviço Social do Complexo NupraJur Clínicas Escola da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. É resultado também das pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPPEs, da UCDB. A temática vincula-se ao Projeto integrado “Ensino Noturno: acesso e permanência da educação superior” coordenado pela Prof^a Dr^a Mariluce Bittar, apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa de Mato Grosso do Sul – FUNDECT, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e pela UCDB. O procedimento metodológico caracterizou-se por uma abordagem qualitativa na qual se pretendeu investigar se os benefícios sociais de uma universidade comunitária contribuem para a permanência do estudante do ensino noturno na UCDB. A análise desenvolveu-se com base em questionário que foi respondido pelos estudantes-trabalhadores do ensino noturno, do 4º ano do curso de Serviço Social. A fim de conferir sustentabilidade teórica foram realizadas pesquisas bibliográficas na literatura sobre a temática. A pesquisa demonstrou que mesmo com bolsa de estudos, os alunos se vêem obrigados a trabalhar para custear as despesas relacionadas aos custos da universidade e da manutenção familiar; sem a concessão da mesma provavelmente não estariam cursando ensino superior. O ensino noturno transformou-se em instrumento de inclusão social, pois nele o jovem busca sua formação profissional, enquanto o trabalho remunerado durante o dia, oferece-lhe subsídios financeiros para viabilizar os estudos e demais necessidades. Conclui-se que os programas de permanência existentes do Governo (Federal, Estadual e Municipal) e da própria UCDB, são de suma importância para contribuir na permanência e conclusão do curso superior.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Noturno; Permanência e Conclusão; Estudante-Trabalhador.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabela I-.....	37
Tabela II-.....	40
Gráfico I -.....	44
Gráfico II-.....	44
Gráfico III-.....	45
Gráfico IV-.....	45
Gráfico V-.....	46
Gráfico VI-.....	46
Gráfico VII-.....	46
Gráfico VIII-.....	47
Gráfico IX-.....	50
Gráfico X-.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRUC – Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
AGETTRAN – Agência Municipal de Transporte e Trânsito
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUNG – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FIES – Financiamento Estudantil
FUCMT – Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul
GEPPEPES – Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IES – Instituição de Educação Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
NUPRAJUR – Núcleo de Práticas Jurídicas
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
SUAS – Sistema Único da Assistência Social
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E OS BENEFÍCIOS SOCIAIS ...	14
1.1 Contextualizando a Universidade Comunitária.....	14
1.2 UCDB: universidade privada, comunitária, confessional e filantrópica.....	20
1.3 Os Benefícios Sociais do Setor de Serviço Social	27
CAPÍTULO II – ENSINO NOTURNO E O ESTUDANTE TRABALHADOR	32
2.1 O Ensino Noturno no Brasil.....	32
2.2 O Estudante Trabalhador do Ensino Noturno	39
2.3 Permanência e Conclusão do Estudante no Curso de Serviço Social da UCDB	43
2.4 Relação Entre os Benefícios Sociais e a Permanência do Estudante nos Cursos Noturnos.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	57
ANEXOS	61

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como objeto de análise os benefícios sociais de uma Universidade Comunitária para a permanência do estudante do ensino noturno na UCDB. Seus objetivos consistem em: a) Verificar como o estudante trabalhador dos cursos noturnos concilia trabalho e universidade; b) Identificar as dificuldades encontradas pelos acadêmicos no decorrer do curso; c) Analisar se os benefícios sociais (bolsas e outras modalidades) da UCDB contribuem para a permanência e conclusão do curso superior noturno de estudantes trabalhadores.

O trabalho está em consonância com o Projeto Integrado de Pesquisa, denominado “Ensino Noturno: acesso e permanência da educação superior”, coordenado pela Prof^a Dr^a Mariluce Bittar da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

O tema foi escolhido, pois está vinculado ao Plano de Trabalho do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC realizado no período de agosto de 2008 a julho de 2009. O TCC enfatiza a análise da inserção e permanência do estudante-trabalhador na educação superior, pois esta temática constitui-se em uma nova questão para o Serviço Social.

Entende-se que é uma questão de cunho social, pois analisa a condição de aquisição de competências pessoais (conhecimento e conquista de direitos), de acesso a universidade e também a questão de benefícios sociais¹ destinados aos alunos de uma Universidade Comunitária.

Não foi localizada nenhuma pesquisa com essa temática, sobre o trabalho do Assistente Social em relação à inserção, permanência e conclusão do estudante-trabalhador em uma universidade.

Um assunto tão polêmico como este, merece olhares mais técnicos, pesquisas mais aprofundada e a necessidade de trabalhos com este enfoque, pois isto foi um fator determinante para a escolha do tema.

O Assistente Social é o profissional que deve ter como um dos objetivos profissionais o bem-estar coletivo e a inclusão do indivíduo na sociedade acompanhado de seus direitos. A

¹ Os benefícios sociais caracterizam-se por programas que contribuem para a permanência de acadêmicos nos cursos de graduação; são benefícios prestados à comunidade acadêmica interna e externa visando à garantia do certificado de filantropia.

atuação desse profissional é ampla: o Assistente Social estará onde for necessário, orientando, planejando e promovendo uma vida mais saudável - em todos os sentidos.

A análise das relações de ensino superior noturno em instituições privadas para estudante trabalhador é de fundamental importância. Uma grande parte da população estudantil brasileira, só se escolariza em função da existência do período noturno, que busca suprir as necessidades de escolarização de pessoas que via de regra não têm disponibilidade para freqüentar aulas no período diurno.

Verificamos que quanto às condições de funcionamento do regime educacional noturno, percebe-se que historicamente desde sua instalação, foi dedicado ao trabalhador-estudante e sempre considerado um período em que o estudo é mais sacrificado e menos proveitoso. (SALOMÉ, 2002 p. 139)

Com a oportunidade de sermos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, na graduação de Serviço Social, foi possibilitado o início do processo de investigação e análise da relação com alunos trabalhadores do ensino superior privado que usufruem de algum tipo de benefício para a permanência e conclusão do curso.

Nesse sentido, enfatizou-se nesta pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, a questão da permanência do estudante do ensino noturno numa universidade comunitária, no caso a UCDB, tendo em vista que esta Instituição é uma universidade privada sem fins lucrativos, de caráter comunitário, confessional e filantrópica. Por essa razão, possui vários programas assistenciais de apoio ao acadêmico que têm por objetivo contribuir para que o estudante tenha condições de permanência e conclusão do ensino superior.

Ressaltamos se ocorre ou não a permanência e conclusão do curso mediante a concessão de bolsas, a quantidade de alunos que são beneficiados com esse auxílio, e se há conclusão através das bolsas.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa utilizou abordagem qualitativa por meio da análise documental e artigos de jornais disponíveis no Arquivo Histórico do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior – GEPPE/UCDB. A pesquisa bibliográfica ocorreu mediante a leitura de obras relevantes para a compreensão do tema abordado, ela nos orienta quanto à fundamentação teórica, permitindo uma análise crítica e coesa da realidade.

Foram realizadas leituras em relação ao tema de autores que falavam da universidade comunitária, como por exemplo, Mariluce Bittar (1999), sobre o ensino noturno, o autor Fernando Terribili (2005) e outros. Esta etapa de leituras de obras traz a luz caminhos

descobertos e percorridos no curso da pesquisa. Segundo Prado Jr (1960) esta pesquisa se faz imprescindível, uma vez reconhecida que:

O conhecimento não se faz e refaz em cada indivíduo. Representa uma acumulação progressiva, no tempo e no espaço, que se acrescenta permanentemente com a contribuição de cada um de todos em maior ou menor proporção. E o ponto de partida de cada acréscimo é sempre o realizado e acumulado anteriormente: é na base de um patrimônio cultural transmitido do passado e enriquecido no presente, que cada indivíduo traz a sua contribuição própria (PRADO Jr, apud CISNE 2004, p.24)

Posteriormente foi elaborado um questionário com 28 questões e repassados aos 23 alunos bolsistas do 4º ano do curso de Serviço Social da UCDB. As análises foram feitas de acordo com as respostas dos alunos entrevistados.

Este Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois capítulos. No primeiro capítulo abordaremos os aspectos gerais e específicos ao contextualizar uma Universidade Comunitária, também neste capítulo caracterizaremos a UCDB como Universidade Comunitária, explicitando suas particularidades por meio de um breve histórico de sua inserção em Mato Grosso do Sul e os benefícios sociais e o Setor de Serviço Social da UCDB

No segundo capítulo é abordada a questão do ensino noturno no Brasil, o crescimento das matrículas na graduação. No mesmo capítulo traçamos o perfil do estudante-trabalhador a permanência e conclusão e a relação entre os benefícios sociais e a permanência dos estudantes. Nas considerações finais analisaremos os resultados desta pesquisa.

CAPÍTULO I

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E BENEFÍCIOS SOCIAIS

1.1 – CONTEXTUALIZANDO A UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Os primeiros cursos de ensino superior no Brasil foram implantados em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao país. Porém, pode-se afirmar que a universidade brasileira, com as feições de uma instituição que aliasse ensino e pesquisa, tem uma história recente: a Universidade de São Paulo - USP, a mais antiga do Brasil, não é ainda centenária, pois seu ano de fundação foi em 1934.²

² Disponível em: <<http://www.reitoria.usp.br/reitoria/?q=node/14>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

Apesar de não contar com um século, a universidade no Brasil, a exemplo do que ocorreu em toda a América Latina, contribui e vem contribuindo para a modernização da sociedade: tanto no aspecto tecnológico, quanto no científico-cultural.

Historicamente, segundo Bittar (1999 p. 40), é na década de 1940 que começam a surgir as universidades católicas no cenário das universidades brasileiras. Até então, o Brasil contava com as pioneiras Universidades de São Paulo e a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Em 1944 foi criada a Universidade Católica do Rio de Janeiro, resultante de pressões da Igreja Católica que buscava manter uma universidade sob seu controle ideológico.

As primeiras experiências comunitárias no Brasil aconteceram em Santa Catarina no século XVI. De acordo com Bittar (1999 p. 82), essas experiências foram lideradas pelos imigrantes alemães para responder as necessidades educacionais destes em uma época em que o ensino primário não era prioridade.

A escola teuto-brasileira, criada e mantida pelos próprios colonos, estava ligada aos problemas internos da comunidade. O professor era membro desta e o seu trabalho não se limitava a ministrar um programa de ensino. Cabia-lhe dirigir o coro nas reuniões de culto religioso e organizar atividades festivas ou recreativas na colônia. Não raro era, também, conselheiro dos colonos nas mais variadas situações e podia mesmo exercer as funções de médico ou de juiz. (SCHADEN, apud BITTAR 1999 p.92)

Neste mesmo contexto nasceram as Universidades Comunitárias, também do sul do país e hoje se espalharam pelo Brasil.

A denominação universidade comunitária tem a sua gênese profundamente enraizada nas experiências de interiorização, integração regional e desenvolvimento das comunidades locais, preconizadas pelas universidades gaúchas. (BITTAR, 1999 p.101)

Apesar de pouco difundida principalmente no meio universitário as Universidades Comunitárias se organizaram, e hoje existem dois sub-conjuntos distintos desse segmento: as universidades comunitárias confessionais e as universidades comunitárias não-confessionais.

[...] um sistema dual, no qual coexistem instituições públicas e privadas, laicas e confessionais. Esse sistema é, desde sua origem, bastante

heterogêneo, pois implica também a coexistência de universidades e instituições isoladas. Além disso, o setor público compreende instituições federais e estaduais (DURHAN; SAMPAIO, apud BITTAR, 1999, p. 41)

Porém, a Universidade Comunitária se consagrou a partir da aprovação do artigo 213 da Carta Magna, este dispositivo tornou sólida esta denominação que já estava em fase de gestação na primeira metade da década de 1980.

A Universidade Comunitária é de iniciativa pública não-estatal, embora esteja no campo do direito privado. As instituições de educação superior no Brasil são classificadas como públicas e privadas; e as IES privadas se instituíram muitas vezes, em função da ausência ou da impossibilidade da presença do Estado em determinada região.

No contexto das IES privadas é que se formaram as instituições comunitárias, definidas como:

Comunitárias são universidades prestadoras de serviços públicos, de interesse coletivo, sem fins lucrativos. Esse caráter inaugura um novo modelo de universidade, distante das instituições estritamente particulares (CRAVEIRO, apud BITTAR, 1999, p. 15).

O tema da universidade comunitária, entendida como uma dimensão pública não estatal, e mesmo a discussão sobre o ensino de iniciativa comunitária, ganhou maior realce e até maior transparência política e social, a partir da década de 1980, conforme citado. O debate ganhou força, especialmente, por ocasião da elaboração da Constituição de 1988 e também a partir dos debates a respeito da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Uma caracterização e definição das universidades comunitárias, que se entendam como públicas não-estatais, permitindo apontar diferenças fundamentais como as outras categorias de organizações do ensino superior, consta do documento das “**Universidades Públicas Não-Estatais, Comunitárias-Fundacionais**”, produzido em 07 de dezembro de 1998, em Passo Fundo, proveniente da reunião dos reitores das universidades integrantes do COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. (FRANTZ, 2004 p. 11)

No texto desse documento pode se verificar os argumentos e as razões que fundamentam, sob o ponto de vista das próprias universidades, portanto, uma auto definição, das universidades comunitárias. Foram utilizados argumentos dos próprios dirigentes das

instituições em defesa pela manutenção de seu caráter filantrópico e, conseqüentemente, de sua isenção com relação ao recolhimento da contribuição previdenciária, isto é, da quota patronal. Esses argumentos contêm a caracterização necessária à definição das diferenças em relação às demais instituições privadas, sejam elas particulares em sentido estrito ou confessionais. As notas do documento permitem uma conceituação de organizações comunitárias, públicas não-estatais. De acordo com o documento:

- a) As universidades acima identificadas são instituições públicas não-estatais, surgidas de iniciativas essencialmente comunitárias, e definidas como não confessionais, não-empresariais, e sem alinhamento político-partidário ou ideológico de qualquer natureza.
- b) Desenvolvem um serviço educativo e científico sem fins lucrativos sendo todos os seus excedentes financeiros reaplicados em educação, só em território nacional.
- c) O patrimônio dessas instituições não pertence a um dono, grupo privado ou confissão religiosa, mas a fundações comunitárias, cuja totalidade dos bens tem, conforme o explicitado em seus estatutos, destinação pública, revertendo, em caso de dissolução para o controle do Estado. Os dirigentes dessas fundações não são remunerados no exercício de sua função. Seus balanços são de domínio público - após análise e aprovação internas, são submetidos a auditores independentes, a um conselho de curadores e à aprovação do Ministério Público.
- d) No que se refere à gestão, caracterizam-se pela eleição democrática de seus dirigentes, de que participam todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da comunidade regional. Ressalta-se que de seus conselhos superiores, participam também representantes da comunidade externa.
- e) As atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas por essas instituições, têm uma vinculação privilegiada com a comunidade regional, destacando-se projetos ligados à promoção humana e social de segmentos excluídos ou de camadas da população de menor poder aquisitivo: menores, idosos, deficientes, analfabetos, moradores de periferia, pequenos agricultores, indígenas, doentes, presidiários etc.
- f) Sua localização geográfica e vinculação social permitem o acesso ao ensino superior dos alunos que, a princípio, tem dificuldade de ingressar nas universidades públicas-estatais. Nesse sentido, as públicas não-estatais são a única possibilidade de democratização do ensino superior em sua região de abrangência, não apenas pela proximidade geográfica de seus alunos, mas também por praticarem custos de manutenção compatíveis com a realidade regional.
- g) Estas instituições, valendo-se dos incentivos fiscais derivados da filantropia, implantaram, de forma criativa, mecanismos para a manutenção de alunos oriundos de classes menos privilegiadas, instalando programas de bolsas, fundos de apoio e, especialmente políticas de mensalidades acessíveis às possibilidades econômicas das famílias da região” (COMUNG apud FRANTZ, 2004 p.11).

Frantz (2004), ainda pergunta: “Todo esse esforço pela caracterização, pela diferenciação tem alguma razão?” Certamente sim. A maior razão está em se poder estabelecer políticas diferenciadas de colaboração com o Estado, que é o responsável último pela educação. Pode contribuir para construir as condições políticas de uma presença do Estado, como expressão da sociedade, nos projetos dessas universidades e estas como expressão organizada das comunidades, da sociedade. (FRANTZ, 2004 p. 11)

Atualmente o segmento das universidades comunitárias integra aproximadamente 54 entidades de ensino superior no Brasil; essas instituições compõem a ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. São IES sem fins lucrativos, voltadas prioritariamente para ações educacionais de caráter social. Com esse perfil, elas destinam parte de sua receita a atividades de educação e assistência social, como bolsas de estudo, atendimento gratuito em hospitais, clínicas odontológicas ou psicológicas, assistência jurídica, entre outras.³

Essa forma de atuar é o fundamento principal do projeto educacional das instituições comunitárias com um compromisso social dos estudantes e professores.⁴

As universidades e centros universitários comunitários caracterizam-se pelo fato de não terem fins lucrativos, portanto os recursos gerados ou recebidos são integralmente aplicados em suas atividades. Essas entidades não pertencem a famílias ou a indivíduos isolados, mas são mantidas por comunidades, igrejas, congregações.

No contexto político mundial e nacional vemos que o Estado tem reduzido o seu papel no que diz respeito a prover ações que busquem atender as populações excluídas. Há uma crescente participação da sociedade civil no processo de atendimento aos problemas sociais, assumida como forma de responsabilidade social. Nesse contexto, as Universidades Comunitárias desenvolvem um papel importante para a reversão do quadro de desigualdade social.

O melhor retrato de uma Universidade Comunitária se mostra verdadeiramente no seu Projeto Político - Pedagógico ou Plano de Desenvolvimento Institucional, documentos que pontuam sua missão, os seus princípios fundamentais, os seus objetivos e suas metas.

³ Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/>>. Acesso em: 21 maio 2009.

⁴ Disponível em: <http://www.universia.com.br/noticia/materia_dentrodocampus.jsp?not=51519> Acesso em: 25 out. 2009

As instituições comunitárias compreendem a extensão como forma de capacitação para o trabalho e exercício da cidadania, uma vez que permite aos acadêmicos aprimorarem seus conhecimentos executando, na prática, os conteúdos teóricos vistos em sala de aula.

[...] significa dizer que a extensão é fator determinante para a integração entre o ato educativo e a práxis social, a articulação entre compreender a realidade e responder aos seus desafios, e a interação entre o questionamento ético e o engajamento político (CARTA DE CAMPINAS, 2004 p. 4).

Nesse processo, as universidades comunitárias, desde o início dos anos 1990, confirmam o seu caráter público não estatal:

Não entendem a extensão “apenas” como uma prestação de serviços extramuros, mas práticas em que o corpo universitário desenvolve suas atividades de ensino, pesquisa e assessoria, de modo a atingir um público mais vasto e proporcionar às comunidades locais um acesso mais fácil a conhecimentos e técnicas que permitam melhorar a qualidade de vida. Elas fazem da extensão uma característica determinante, que procura integrar e consolidar toda a sua atividade de ensino e pesquisa, de modo que ela esteja permanentemente em conexão com os setores produtivos e os diversos segmentos da comunidade regional, numa relação de intercâmbio e mútuo aperfeiçoamento, na qual a universidade se enriquece a si mesma em conhecimentos e sabedoria, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento de programas e projetos comunitários. (MORAIS,1989, p.4)

Com esta compreensão o perfil das Universidades Comunitárias pode ser reconhecido pelo caráter das atividades de extensão que realiza, de forma ativa, na interação com a sociedade e em consonância com o seu projeto político-pedagógico.

[...] a extensão deve priorizar o estabelecimento de parcerias com os segmentos da sociedade que, devido as forças políticas, econômicas e sociais numa dada conjuntura, despontam como sujeitos contribuintes para a transformação da sociedade.⁵

⁵ Disponível em:< <http://www.unimep.br/viceacad/assessorias/extensao/politicaxt/5elemen.html>, 2008.>Acesso em: 15 maio 2009.

As Universidades Comunitárias caracterizam-se pelo compromisso com a produção de um saber socialmente construído e historicamente preservado nos diversos níveis de saber, voltados ao atendimento dos interesses da maioria da população, buscando na valorização do estudo teórico-prático contribuir na construção para a cidadania sócio-política e econômica. (A Concepção de Extensão e Ação Comunitária em Debate, 1999 p. 4).

1.2 – UCDB: Universidade privada, comunitária, confessional e filantrópica

A UCDB caracteriza-se como uma universidade comunitária confessional, pois sua mantenedora – a Missão Salesiana de Mato Grosso – faz parte de uma associação religiosa, os Salesianos de Dom Bosco.

As Universidades Comunitárias tem como característica o grande compromisso social com a comunidade em geral e por isso desenvolvem projetos e programas que atendem a sociedade e principalmente a população mais necessitada.

De acordo com relatórios internos do Setor de Serviço Social (2002), em 1961, com o objetivo de aplicar no ensino superior a doutrina e os princípios educacionais de Dom Bosco, contribuindo para o desenvolvimento da região, a Missão Salesiana de Mato Grosso criou a **Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras**, a primeira Instituição de Ensino Superior do antigo estado de Mato Grosso.

A necessidade de expansão veio rápida, e o surgimento de novos cursos, incluindo Direito, Administração, Serviço Social, Pedagogia, História, Geografia, Psicologia, Biologia, Matemática e Graduação de Professores, deu origem a **FUCMT – Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso**, berço de grandes profissionais nas diversas áreas econômicas e sociais em nosso estado. (Revista Eletrônica UCDB, Apud, Relatórios internos do Setor de Serviço Social -2002).

Em 27 de outubro de 1993, por meio da Portaria 1547/93 MEC , após muita dedicação para o amadurecimento administrativo e pedagógico da Instituição, a FUCMT foi finalmente reconhecida como **Universidade Católica Dom Bosco - UCDB**

A UCDB surgiu do interesse da Missão Salesiana de Mato Grosso em servir a comunidade e sua demanda pelo ensino superior. Ela tem por finalidade “formar profissionais

competentes, cidadãos honestos, cristãos conscientes e comprometidos” (São João Bosco, apud relatório interno do Setor de Serviço Social/2002))

A UCDB objetiva despertar em cada acadêmico, o ideal da ciência e o sentido ético da responsabilidade social, promovendo, através da associação da teoria com a prática, o crescimento do saber, da técnica e principalmente o desenvolvimento integral do ser humano.

Ainda, segundo relatórios internos do Setor de Serviço Social (2002, p.40), as metas da Universidade Católica Dom Bosco são:

Ministrar o ensino em nível superior de Graduação e Pós-Graduação;
 Buscar, como fonte de exame crítico, o processo contínuo de geração de conhecimento e de produção do saber;
 Praticar a Extensão, mediante a oferta de cursos e serviços, a fim de levar à comunidade, o conhecimento produzido;
 Proporcionar a formação de um profissional intelectualmente independente para exercer sua cidadania;
 Detectar as necessidades e anseios da comunidade adotando postura de convivência democrática;
 Possibilitar a expressão de diversas linhas de pensamentos num processo democrático e ideologicamente pluralista;
 Preservar e difundir os valores éticos básicos numa visão humanista e cristã do mundo.

A Universidade prioriza a qualidade de ensino em seu mais amplo sentido e sabe que a formação qualificada de todos os profissionais e acadêmicos é de fundamental importância para atingir seus objetivos.

Segundo o auto-estudo das dimensões institucionais da Universidade Católica Dom Bosco (2002 p.42) a UCDB é uma instituição privada sem fins lucrativos e caracteriza-se como uma instituição de ensino superior particular, comunitária, confessional, regional e de qualidade.

- Particular, porque não foi criada e nem mantida pelo Poder Público, mas conta, no entanto, com o apoio dos órgãos governamentais para com ele desenvolver convênios e serviços integrados.
- Comunitária, porque existe para servir a comunidade com eficiência e sem caráter assistencialista além do que, seu Conselho Universitário, órgão máximo de deliberação superior é formado por dirigentes, professores, alunos, funcionários e representantes da sociedade.
- Confessional, porque desenvolve suas ações segundo princípios e valores cristãos à luz do Evangelho e da doutrina do educador Dom Bosco e do Sistema Preventivo.

- Regional, porque sempre atenta as características e necessidades da Região, nela desenvolve suas ações como agente de operacionalização das expectativas da comunidade regional.
- Qualidade, porque está dimensionada pela busca sempre crescente e expressiva da concretização da universidade do saber e pela coerência de seu Projeto Pedagógico sempre revisto e não pelo simples ardor de mero crescimento quantitativo.

Neste contexto a UCDB se caracteriza como uma universidade comunitária confessional, e tem por esse motivo um compromisso social com a comunidade sul mato-grossense, compromisso este que exige da universidade a criação de serviços que garantam o bem-estar da comunidade na qual está inserida, Essa preocupação da UCDB podemos observar melhor por meio de entrevista com o Reitor da UCDB Pe. José Marinoni, concedida a Bittar:

Eu penso que uma universidade comunitária tem que, primordialmente, se distinguir pela qualidade e pela competência. Em segundo lugar deve primar, sobretudo, pelos serviços que presta à comunidade (...) tem que dar respostas aos anseios da comunidade... (MARINONI, apud BITTAR, 1999 p.138)

Por ser uma Universidade Comunitária, a UCDB possui vários programas assistenciais de apoio ao acadêmico que têm por objetivo contribuir para que o estudante tenha condições de permanência e conclusão do ensino superior. Há disponibilidades de: bolsas de estudo, bolsas de iniciação científica, bolsas de extensão, bolsas para atividades esportivas, artísticas e culturais, bem como programas de estágio. A Universidade realiza inúmeros projetos e programas desenvolvendo ações nas áreas da Assistência Social, Educação/Cultura, Saúde e Psicossocial, atendendo a comunidade interna e externa. Os programas de bolsas oferecidos pela UCDB são:

a) Bolsa esporte, cultura e arte: A seleção é feita pelo Setor de Esporte e Setor de Cultura e Arte, havendo a necessidade de o candidato ter alguma aptidão para as práticas esportivas, coral, teatro e dança sendo que os beneficiados procuram o departamento para fazer os procedimentos de registro e cadastro da bolsa. O objetivo da Bolsa Cultura é incentivar a atividade artística no meio acadêmico.

b) Grupo de teatro: Tem como objetivo estimular o desenvolvimento de talentos artísticos no domínio teatral, bem como possibilitar à comunidade interna e externa momento para

participar de eventos culturais. Criado em 1981, é composto por acadêmicos e ex acadêmicos da UCDB.

c) Grupo de dança “Ararazul”: Tem como objetivo estimular o desenvolvimento artístico dos alunos, em prol da comunidade voltada para o mundo da dança moderna e regional. As apresentações são realizadas conforme as solicitações. O grupo existe há mais de 10 anos sendo composto exclusivamente por acadêmicos da Universidade.

d) Grupo Aves Pantaneiras: Tem como objetivo promover eventos, divulgando a cultura regional, especialmente a música e favorece a socialização dos grupos comunitários. As apresentações são realizadas de acordo com as solicitações por toda a comunidade de Campo Grande.

e) Coral: O Coral da UCDB tem uma existência de mais de 15 anos. A atividade do coral no âmbito da Universidade é realizada com dois grupos; acadêmicos e alunos da UMI (Universidade da Melhor Idade).

f) Bolsa permuta: Por meio de uma parceria entre o Colégio Dom Bosco e a Universidade Católica Dom Bosco os funcionários da UCDB podem solicitar bolsa para seus dependentes no Colégio Dom Bosco.

g) Bolsa colaborador: A instituição proporciona bolsas de estudos a seus funcionários e/ou dependentes diretos (filhos/cônjuges), em caso de necessidade.

h) Bolsa FUNAI: Esta modalidade de bolsa refere-se a um convênio instituído entre a FUNAI e a Universidade Católica Dom Bosco, no qual as duas Instituições conferem a acadêmicos, com identidade indígena reconhecida pela FUNAI, uma bolsa de estudos no valor de 75% da mensalidade, sendo que a UCDB contribui com 50% de bolsa e a FUNAI 25% ficando os outros 25% de responsabilidade do estudante.

i) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC: é um Programa do CNPq cujo objetivo é contribuir para a formação de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio da concessão de cotas de bolsas de iniciação científica (IC) diretamente às Instituições de Educação Superior que mantêm programas de pesquisa. As cotas concedidas anualmente são administradas pelas próprias Instituições participantes, sob a

supervisão do CNPq. O Programa é voltado exclusivamente a alunos de graduação, sem vínculo empregatício e deve servir de incentivo à formação de novos pesquisadores, privilegiando a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada. Os alunos participantes do programa deverão apresentar bom desempenho acadêmico e potencial para continuidade na carreira de pesquisa, sendo este um dos critérios de avaliação do programa do IAC por parte do CNPq⁶

j) Bolsa Estágio – alunos com bolsa estágio da UCDB, prestam serviços à Instituição nos setores como (Apoio Comunitário, Projetos de Extensão, Clínicas- Escola, etc.) no horário em que não estão trabalhando ou estudando, e, desse modo, conseguem o desconto no valor das mensalidades.

k) Bolsa Extensão – A extensão acadêmica por meio dos cursos de extensão utiliza-se da prática da educação continuada, buscando a qualidade em todas as suas atividades. Deste modo a Universidade estende para toda a sociedade a sua excelência em infra-estrutura e recursos humanos, com professores doutores, mestres e especialistas pelas melhores universidades brasileiras e estrangeiras.⁷

Programas de bolsas oferecidos pelo governo:

a) Programa de Financiamento Estudantil – O FIES é um financiamento destinado a estudantes sem condições de arcar com os custos de sua formação. Ao permitir que o beneficiado pague seu débito já como profissional em atividade, o FIES incentiva a conclusão do ensino superior.

Para ingressar no FIES, o estudante deve estar regularmente matriculado em curso de instituição de Ensino Superior não-gratuita, devidamente cadastrado no programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação – MEC. Além disso, o candidato não pode ter sido previamente beneficiado nem pelo antigo Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDOC), nem pelo FIES. O acadêmico selecionado receberá até

⁶ Fonte: Referente ao programa de bolsas oferecido pela UCDB, os dados foram obtidos por meio de folders e informações colhidas no balcão de informação do Setor de Apoio Comunitário da UCDB.

⁷ A seleção para as bolsas aqui informadas não é feita de caráter sócio-econômico e sim se o aluno é apto para desenvolver a função, como por exemplo: o coral. Para aqueles que possuem a bolsa, não é permitido mais de duas dependências, ou seja, reprovação, por nota, em disciplina.

50% da mensalidade, de acordo com o percentual escolhido pelo estudante no momento da inscrição. A parcela da mensalidade não financiada pelo FIES deve ser paga normalmente pelo estudante diretamente a instituição que estuda. O prazo máximo de utilização do financiamento, contado a partir do ingresso do estudante no FIES, é igual ao período remanescente para a conclusão do curso definido pela Instituição de Ensino no momento da adesão. Os critérios de seleção são de forma justa e impessoal, garantem a prioridade aos estudantes de situação econômica menos privilegiada.⁸

b) PROUNI: O Programa Universidade Para Todos, do Governo Federal, foi instituído em maio de 2004 tem como objetivo democratizar o acesso de alunos da Rede Pública de Ensino, ou que tenha cursado as três séries do Ensino Médio em Escolas Particulares com bolsa integral, e professores da Rede Pública de Ensino Básico sem graduação de Ensino Superior. Há também a seleção para alunos que se enquadram nas Políticas de Cotas (índios e negros). Em princípio era necessário, para a inscrição que o aluno tivesse participado do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. O Programa Universidade Para Todos – PROUNI visa criar condições para facilitar o acesso de estudantes carentes ao ensino superior. A classificação na pré-seleção, realizada pelo MEC, é feita pelo resultado da média entre os resultados da prova de conhecimento e de redação do candidato no ENEM, em um processo seletivo, eficaz, confiável e transparente. Assim, os estudantes com as melhores médias em cada curso/habilitação são pré-selecionados dentro do número de bolsas disponíveis. De acordo com o art. 17 da Portaria MEC nº. 3.268/2004 estabelece: “O estudante vinculado ao ProUni, beneficiários de bolsa integral ou parcial de cinquenta por cento (meia-bolsa), deverá apresentar aproveitamento acadêmico em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas em cada período letivo”. Se o acadêmico tiver o baixo rendimento ele é chamado para uma entrevista com as Assistentes Sociais e estagiárias do Departamento Apoio Comunitário; eles assinam o Termo de Ciência e a justificativa do baixo rendimento.

Os acadêmicos que desejam transferir de curso ou turno terão que comparecer ao Departamento Apoio Comunitário para verificar as possibilidades de acordo com as diretrizes do PROUNI, ele terá que preencher o formulário de Intenção de Transferência.

De acordo com a portaria n.1556, de 8 de Setembro de 2006, “Art.9. O beneficiário de bolsa de estudo do ProUni poderá, observando o disposto do no Art. 49 da lei N°.9394, de

⁸ Disponível em: <http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp>. Acesso em: 25 abril 2009.

20 de dezembro de 1996, transferir o usufruto da bolsa para o curso afim, ainda que para a habilitação, turno, campus ou instituição distinta, observada a proporção mínima legal entre estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados e bolsistas”⁹

c) Bolsa Universitária Municipal: Com o objetivo de atender a estudantes da graduação que comprovadamente não podem arcar com as despesas de um curso superior e em condições sócio-econômicas desprivilegiadas (pessoas com deficiência, população indígena, população negra, portadores de doenças degenerativas, mulheres chefe de família, desempregados ou em situação de subemprego e outros) o Município de Sidrolândia por meio da Prefeitura – Secretaria de Assistência Social, lançou em 2005 o Programa Bolsa Universitária, por meio de um convênio firmado entre a Universidade Católica Dom Bosco e a Prefeitura de Sidrolândia. (Setor de Apoio Comunitário da UCDB).

d) Passe do estudante: Trata-se da lei 3.026/93 que concede vale transporte aos estudantes do ensino fundamental, médio e superior independente do mesmo estar inserido em instituição pública ou privado/comunitário. Anualmente é feito o cadastramento do passe estudantil por este departamento, que posteriormente encaminha a Agência Municipal Transporte e Trânsito – AGETTRAN que é o órgão responsável pela emissão dos cartões. A Instituição recebe as fichas de solicitação que são preenchidas pelos acadêmicos e encaminhadas, após cadastramento via disquete, ao órgão responsável. Também é de responsabilidade da Instituição a entrega dos cartões aos usuários.

e) Vale Universidade: O Vale Universidade fornece auxílio financeiro que ajuda no custeio da graduação dos alunos que estudam em instituições privadas. Alunos de universidades públicas podem pleitear a ajuda de custo para aquisição de materiais. Podem se inscrever no programa alunos dos cursos de graduação com renda igual ou inferior a R\$ 650,00, ou renda familiar (soma dos ganhos dos membros da família) não superior a R\$ 1.700. Os beneficiados precisam ter frequência mínima de 80% nas aulas. Após a classificação por renda é realizado visitas domiciliares.¹⁰

⁹ Disponível em <<http://prouni-inscricao.mec.gov.br/PROUNI/Oprograma.shtm>>. Acesso em: 19 ago. 2009

¹⁰ Disponível em:

<http://www.ms.gov.br/noticias/index.php?templat=vis&site=136&id_comp=1068&id_reg=80302&voltar=home&site_reg=136&id_comp_orig=1068>. Acesso em: 20 abril 2009.

Uma universidade comunitária deve oferecer esses programas e serviços para manter seu certificado de filantropia¹¹. Considera-se entidade beneficente de assistência social, para os fins da concessão ou renovação do Certificado, a Instituição dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atue para:

- A proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice;
- O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- Ações de prevenção, habilitação, reabilitação e integração à vida comunitária de pessoas portadoras de deficiência;
- Promover, gratuitamente, assistência educacional ou de saúde;
- Promover a integração ao mercado de trabalho;
- Promover o atendimento e o assessoramento aos beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social e a defesa e garantia dos seus direitos. (art. 2º do Decreto nº 2.536/1998)

O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social somente poderá ser concedido ou renovado para entidade beneficente de assistência social que demonstre, cumulativamente (art. 3º do Decreto nº 2.536/1998):

- Estar legalmente constituída no País e em efetivo funcionamento, nos três anos imediatamente anteriores ao requerimento;
- Estar previamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social do município de sua sede se houver, ou no Conselho Estadual de Assistência Social, ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal;
- Estar previamente registrada no CNAS. A Entidade poderá formular em um único processo o pedido de Registro e o pedido de Certificado. Neste caso, deverá preencher o Requerimento/Questionário utilizado para requerer o Registro/Certificado;
- Aplica anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruídas; (art. 3º do Decreto nº 2.536/1998)

Dentro destes serviços e programas supracitados oferecidos pela UCDB dentro e fora de seu campus onde são feitos diversificados atendimentos a população tanto acadêmica

¹¹ O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (anteriormente denominado Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos) é um dos documentos “declaratórios” concedidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. É o reconhecimento do Poder Público Federal de que a Instituição é Entidade Beneficente de Assistência Social (anteriormente conhecida como “filantrópica”), sem fins lucrativos e presta atendimento ao público alvo da assistência social. Entidade portadora do Certificado emitido pelo CNAS passa a ter condições para requerer benefícios concedidos pelo Poder Público Federal, dentro de sua área de atuação. Em especial, destacamos a isenção da quota patronal junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/registro-e-certificado/instrucoes-para-certificado>>. Acesso em: 15 ago. 2009

quanto á comunidade em geral. Estes programas são o campo de trabalho das assistentes sociais que atuam na instituição e os quais estaremos informando a seguir.

1.3. OS BENEFÍCIOS SOCIAIS E O SETOR DE SERVIÇO SOCIAL

Diante das modificações da transformação FUCMT para UCDB, os dirigentes viram a necessidade de expandir suas atividades para área da saúde. Criou-se o primeiro curso voltado para essa área - A Escola de Fisioterapia dando origem ao Centro de Ciências da Saúde.

Durante uma reunião com os supervisores e orientadores dos cursos existentes percebeu-se a necessidade de criar as Clínicas-Escola/UCDB, juntando-se o Complexo Nuprajur Clínicas-Escola em 1998 e que hoje conta com os cursos que oferecem estágio e atendimento a quem necessite dos serviços na área de Direito, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Psicologia, Nutrição e Serviço Social.

O Setor de Serviço Social foi criado com a instalação dos serviços sociais, jurídicos e de saúde, no Núcleo de Práticas Jurídicas Clínicas-Escola - NUPRAJUR/CLÍNICAS-ESCOLA, inaugurado em 2001 no campus da UCDB.

O Serviço Social vem se ampliando ao compartilhar seu trabalho com outras categorias, tais como psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, tanto na área jurídica deste Complexo, compondo o quadro organizacional nos seus diferentes níveis.

Historicamente, o assistente social, desempenha sua prática profissional com ações compartilhadas com profissionais de diversas áreas, com o objetivo de alcançar, com qualidade, as metas estipuladas pelas organizações as quais representam.

No Complexo NupraJur/Clíncias-Escola da UCDB, onde foi desenvolvido o nosso estágio curricular, durante dois anos, desempenhamos duas funções: a) contribuir para a formação profissional dos acadêmicos na área social e b) oferecer serviços qualificados para a população que necessita destes.

O Complexo, como citado anteriormente, é composto pelas áreas de saúde, assistência jurídica e social e atende em suas clínicas aproximadamente 1.000 pessoas por

mês. O atendimento é inteiramente gratuito àqueles usuários que se encontram elegíveis, de acordo com os critérios da Instituição.

Os serviços prestados pelo Setor de Serviço Social têm como objetivos: possibilitar o acesso da população aos serviços sociais, jurídicos e de saúde, por meio do atendimento social aos usuários; contribuir para melhoria da qualidade de vida dos usuários, através da implantação e implementação de propostas interdisciplinares que atendam as suas demandas; cooperar com a formação profissional dos acadêmicos do curso de Serviço Social oferecendo vagas para o estágio curricular; possibilitar a criação de um banco de dados sócio-econômicos para a implementação de pesquisas e de projetos sociais. (UCDB, 2005a, p.4).

Como atribuições dos Assistentes Sociais e dos Estagiários que exercem suas Atividades no Setor de Serviço Social NUPRAJUR/Clínicas tem-se: a elaboração do planejamento anual do setor; o gerenciamento das atividades cotidianas pertinentes ao setor; a criação e implantação da metodologia de trabalho do setor, relativa à matéria do trabalho do Serviço Social; a elaboração de relatórios estatísticos e descritivos sobre o trabalho desenvolvido no setor; o atendimento social aos usuários que procuram os serviços sociais, jurídicos e de saúde, oferecidos pela Universidade; a realização de entrevistas com os usuários, identificando demandas e contribuindo para a solução das mesmas; a criação e estabelecimento de critérios de elegibilidade para o atendimento no NupraJur e nas Clínicas Escolas; a realização da triagem socioeconômica para fins de verificação da elegibilidade do usuário, com base nos critérios pré-estabelecidos pelo setor; a elaboração de parecer social, referente à matéria do Serviço Social; a realização de visitas institucionais e domiciliares. (UCDB, 2005a, p.6)

Nesse processo de trabalho, o Assistente Social participa na prestação de serviços, tais como, informações sobre os direitos civis dos usuários, realização de entrevistas, triagem para avaliação sócio-econômica-cultural-familiar, viabiliza o acesso a bens e serviços, orientações, reuniões, visitas domiciliares, encaminhamentos diversos para os recursos disponíveis no Município. De acordo com a demanda apresentada pelos usuários, elabora e executa programas e projetos, entre outros serviços.

Nesse contexto, tem sua atuação fundamentada pela política de assistência social e pelo princípio da universalização dos direitos sociais, com o respeito à dignidade do cidadão, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade. Sua perspectiva de

atuação sempre está relacionada à garantia de direitos e deveres, ampliando o acesso a bens e serviços sócio-assistenciais.

No desenvolvimento de suas atividades, o Setor de Serviço Social do Complexo NUPRAJUR/Clínicas-Escola, contribui para garantir plena informação e orientação para o acesso aos direitos e atendimento em todas as esferas públicas, baseados na lei que regulamenta a profissão do Serviço Social, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Sistema Único da Assistência Social - SUAS, na Política Nacional de Assistência Social - PNAS, e em outros documentos específicos de cada área, e em todas as legislações que correspondem às demandas, como exemplo, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, Legislação Previdenciária, Legislações pertinentes para pessoas deficientes e do direito da mulher, etc.

O Serviço Social da UCDB, por meio de seus atendimentos está capacitado para detectar as mais diversas demandas. Desta forma, o Setor de Serviço Social do Complexo, exerce uma importante função, pois tem a possibilidade de análise profunda das problemáticas apresentadas e visa outras maneiras de cooperar e encaminhar soluções que os próprios usuários deverão encontrar. O Setor procura visualizar uma ampla atitude na percepção dos problemas ou obstáculos que o usuário apresente, ou seja, o trabalho não ocorre necessariamente ao que apresentar. Desta forma o Setor trabalha em equipe para tentar modificar a realidade contribuindo para uma sociedade mais justa e menos excludente.

Para a realização dos atendimentos, os usuários, devem preencher os critérios específicos da Instituição. Para o atendimento no Complexo Nuprajur ou nos Setores das Clínicas os usuários devem apresentar a renda de até R\$ 2.500,00. (UCDB, 2005a).

O Setor de Serviço Social do Complexo NupraJur/Clínicas-Escola por meio das entrevistas, que é o nosso principal instrumento de trabalho, colhe dados a respeito da composição familiar, podendo constatar as demandas muitas além daquelas apresentadas pelos usuários.

Foram dessas técnicas que se pôde perceber os casos atendidos, sendo detectado atendimentos da qual nos chamaram atenção, que são os trabalhadores estudantes do ensino noturno que solicitaram atendimentos psicológicos. Alguns relataram estar vivendo uma nova fase da vida, tendo que trabalhar em período integral e estudar em uma universidade no

período noturno e que devido à “correria” do dia a dia, não têm tempo propício para estudar e descansar, desencadeando então distúrbios emocionais.

Além de ter ocorrido atendimentos exteriores em relação aos estudantes-trabalhadores, há também no próprio setor de estágio, três acadêmicos conciliando trabalho e estudos, e um dia na semana ainda encontram tempo para freqüentar a clínica de psicologia como usuários.

O atendimento desenvolvido nas Clínicas, pelos acadêmicos e supervisores colaboraram para ajudar o acadêmico que está passando problemas de ordem psicológica, no sentido de possibilitar a conclusão do seu curso de graduação.

O Assistente Social tem como competência buscar estratégias para que o usuário possa melhor enfrentar suas lutas cotidianas, acessar seus direitos de cidadania, recuperando a auto-estima e a dignidade da pessoa humana.

O Setor de Serviço Social exerce uma função importante, pois tem a possibilidade de análise profunda das problemáticas apresentadas e objetiva identificar outras maneiras de cooperar e encaminhar soluções que os próprios usuários deverão encontrar.

CAPÍTULO II

ENSINO NOTURNO E O ESTUDANTE TRABALHADOR

2.1. O ENSINO NOTURNO NO BRASIL

O ensino noturno no Brasil segundo registros teve início no tempo do Império¹² que segundo Moacyr (1936 – 1939) destinava-se ao ensino primário de adolescentes e adultos analfabetos entre 1869 – 1886 na qual funcionava em diversas províncias do país, o ensino noturno era para aqueles que não tiveram acesso à escola em idade própria e que não haviam tido possibilidade de freqüentar aulas no período diurno, por estarem trabalhando. (FURLANI 1998, p.19).

¹²O Império do Brasil foi o Estado brasileiro existente entre 1822 e 1889 que precedeu a atual República Federativa do Brasil e teve a monarquia parlamentar constitucional como seu sistema político. O Império do Brasil constitui o 12º maior império da história da humanidade. Teve seu início após a declaração da Independência em relação a Portugal, em 7 de setembro de 1822, e seu fim após o golpe de Estado militar que instaurou a forma republicana presidencialista, em 15 de novembro de 1889. Foi dividido em dois períodos: o Primeiro Reinado, que se iniciou em 7 de Setembro de 1822 e teve por fim quando D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831, e o Segundo Reinado, que foi iniciado na mesma data com a aclamação de D. Pedro II e perdurado até a Proclamação da República. Este período da História do Brasil é denominado, tradicionalmente pela historiografia, como “Brasil Império”, “Brasil Imperial” e “Brasil Monárquico”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wik/Imp%C3%A9rio_do_Brasil>. Acesso em: 16 ago. 2009.

Segundo Ferreira, na Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, o ensino noturno não era visto apenas como possibilidade para adultos analfabetos, mas também como forma de continuidade dos estudos, embora, somente com a Lei 88 de 08/09/1892 houve a criação de escolas estritamente noturnas. Esta lei reforma a instrução pública do Estado de São Paulo, respondendo à necessidade de sua indústria emergente, com a criação de ginásios; direcionados ao nível médio e que visavam atender as “crianças operárias”. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7865>>. Acesso em 01 out. 2009

Até 1930 o ensino noturno era constituído por escolas operárias, que funcionavam de forma isolada, para atender as crianças, jovens e adultos já inseridos no mundo do trabalho.

Mas é na década de 1940, que a educação noturna destina-se a adultos onde passa a integrar uma política global do governo, visando diminuir o analfabetismo em todo o país. (FERREIRA, apud, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7865>. Acesso em: 01 out. 2009).

Porém, de acordo com Spósito, é na década de 1950 que foi iniciada a discussão sobre a utilização de prédios dos grupos escolares que ficavam ociosos no período da noite, com intuito de ampliar as vagas para o curso ginásial, como alternativa para viabilizar acesso aos jovens das classes trabalhadoras. Este relato é comprovado por Furlani (1998), quando afirma que nos anos 1950 a população brasileira reivindicava o acesso à escola secundária (antigo ginásio) exigindo a criação de vagas adicionais no período noturno. (SPÓSITO, apud, TERRIBILI; BARREIRO, 2007, p.89.)

De modo análogo, no início dos anos 1960, a luta dos estudantes excedentes por vagas nos cursos superiores implicou a abertura de faculdades no período noturno, ou seja, há cerca de 200 anos existem cursos superiores no Brasil, porém os cursos noturnos, que atualmente representam a maior parcela do número de matrículas, foram iniciados há menos de 50 anos. (TERRIBILI; BARREIRO, 2007, p.89)

A partir da segunda metade da década de 1960 que se instalam no País grandes empresas multinacionais juntamente com a implantação de uma indústria de base. Com essa industrialização foram criados novos serviços para garantir a infra-estrutura e o desenvolvimento do setor terciário e da organização burocrática. Esse modelo fez com que se colocasse para a educação uma perspectiva tecnicista, direcionada à formação de mão-de-obra especializada.

O acesso ao ensino, principalmente no que se refere ao ensino superior, e sob inspiração da teoria do capital humano¹³, é reforçado como mecanismo de mobilidade social e defendido a partir de dois interesses distintos, a democratização do acesso e a economia associada ao capital internacional.

Segundo Frigotto é a teoria do capital humano que fundamenta as políticas educacionais desta época:

Produce-se então a crença de que o progresso técnico não só gera novos empregos, mas exige uma qualificação cada vez mais apurada. De outra parte, enfatiza-se a crença de que a aquisição de capital humano, via escolarização e acesso aos graus mais elevados de ensino, se constitui em garantia de ascensão a um trabalho qualificado e, conseqüentemente, a níveis de renda cada vez mais elevados (FRIGOTTO, 1989 p. 48)

Com a valorização do ensino superior como meio de ascensão social e a ampliação das camadas operárias, uma demanda cada vez mais numerosa procurou dar continuidade aos estudos em nível superior de forma que pudesse continuar a trabalhar o que leva à expansão do ensino superior noturno, notadamente em faculdades particulares. Assim, a tradicional frase “estudar para poder trabalhar” teve de ser alterada para “trabalhar para poder estudar”. Conforme constata Gonçalves:

Se, em condições normais, o estudo deveria preceder ao trabalho, de modo que, somente após completada a formação escolar e profissional, o estudante passasse a exercer a atividade profissional, a realidade dos fatos, emergentes das condições socioeconômicas, reúne freqüentemente, na pessoa do trabalhador, a dupla condição de empregado e estudante. Inverteram-se de há muito, os termos da proposição: em lugar de estudar para poder trabalhar, trabalha-se para poder estudar. (GONÇALVES, 1987, p.11)

Porém, houve uma tardia referência aos cursos no período noturno, de certa forma, um descaso para com aqueles que não podiam abandonar o trabalho para estudar.

¹³ O conceito de capital humano tem origem durante a década de 1950. O conceito foi desenvolvido e popularizado por Gary Becker e retomado, nos anos 1980, pelos organismos multilaterais mais diretamente vinculados ao pensamento neo-liberal, na área educacional, no contexto das demandas resultantes da reestruturação (capital incorporado aos seres humanos, especialmente na forma de saúde e educação) seria o componente explicativo fundamental do desenvolvimento econômico desigual entre países. Entretanto, a idéia de aplicar a palavra “capital” a seres humanos, no sentido de transformar pessoas em capital para as empresas, feria frontalmente o pensamento humanista que marcou a esquerda no pós-guerra. Disponível em:< http://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_humano>. Acesso em: 3 out. 2009

Sob os auspícios do Ato Institucional nº 5 (AI – 5)¹⁴, de 13 de dezembro de 1968 intelectuais e professores universitários foram duramente reprimidos, torturados e expulsos do Brasil. De acordo com Bittar:

O ano de 1968 foi um marco, tanto no campo da política, quanto no campo da educação. Antes mesmo da promulgação do AI-5, diversos setores da sociedade civil organizaram-se numa tentativa desesperada de resguardar o mínimo de dignidade e democracia no país. Foi assim que a categoria dos estudantes universitários mobilizou-se exigindo reformas em todos os níveis, mas, sobretudo, uma reforma universitária. (2001, p.125)

Essas mudanças foram estabelecidas na vida dos cidadãos brasileiros, devido a lei e decretos que foram aprovados com objetivos semelhantes à Lei 5540 de 28 de novembro de 1968, na qual institui os princípios para a organização e o funcionamento do ensino superior. Essas leis e decretos são como, por exemplo, o Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967, que estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53 e outras províncias.

A idéia de democratização da educação superior fascinava a classe média, o acesso a universidade era possível apenas para jovens das classes médias altas.

O objetivo político do sistema de créditos implantados pela lei era a desmobilização de grupos estudantis e a redução de custos, porém foi como solução democrática para estudantes. “Esse regime de crédito e a matrícula por disciplina dispersaram os alunos que passaram a ter várias turmas com colegas diferentes, não lhes possibilitando frequentar uma mesma ‘classe’ do início ao fim do curso” (BITTAR, 2001, p.129).

O ambiente nessa década de 1960 era de reivindicações políticas, os acadêmicos eram impelidos a mobilizar-se em prol de um objetivo em comum; porém foram esses movimentos que modificaram a estrutura da universidade e ofereceram novas dimensões quanto a seu papel social e político. Segundo Saviani:

Eis como a Lei nº 5540/68, cumpriu o seu papel de reformular o ensino superior brasileiro definindo-se pela aplicação, nesse campo particular, da estratégia do “autoritarismo desmobilizador” acionada em função da implantação da “democracia excludente”. (SAVIANI, 1988, p.98)

¹⁴ O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_n%C2%BA_5>. Acesso em:15 out. 2009

Era objetivo proposto pela Reforma Universitária de 1968 a ampliação de vagas no setor público e o estímulo à expansão do setor privado.

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988, após o regime militar e no processo de redemocratização do Brasil. A Constituição no artº 207 fixou para as universidades a autonomia didático científica e estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e permitiu o repasse de recursos públicos para instituições privadas como consta no artigo:

Artº 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades. (Brasil, 1988, p. 120-121)

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito e o dever do Estado à educação, da qual deve promover o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, esse dever do Estado com a educação segundo artº 208 é efetivado mediante a garantia de:

Artº 208.

[...]

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando. (Brasil, 1988, p. 118)

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n. 9.394 de 16 de dezembro de 1996, que segundo Minto (2006, p.150) é o instrumento legal que melhor expressa os parâmetros e a lógica de reestruturação da educação superior nos anos de 1990, ensejado pela Constituição Federal/1988 que em seu artigo 22, XXIV afirma como atribuição privativa da União a de legislar sobre tais diretrizes e bases.

Segundo Dourado e Oliveira (2003, p.88), a reconfiguração da educação superior acelerou o processo de privatização e mercantilização desse ensino.

É importante saber que o que consta a respeito do dever do Estado com a educação na LDB, no art. 4º – aprovada em 20 de dezembro de 1966, é o mesmo que consta na Constituição Federal art. 208 como já citados anteriormente.

O ensino superior de 1997 a 2003 principalmente de ensino privado, viveu um período de crescimento exponencial. As regras para abertura de instituições tornam-se mais flexíveis a partir de 1995 e em 1999, foi regulamentada a lei que permitiu a abertura de faculdades com fins lucrativos.

Art. 7º As pessoas jurídicas de direito privado, mantenedoras de instituições de ensino superior, previstas no inciso II do art. 19 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, poderão assumir qualquer das formas admitidas em direito, de natureza civil ou comercial e, quando constituídas como fundações, serão regidas pelo disposto no art. 24 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo único. Quaisquer alterações estatutárias na entidade mantenedora, devidamente averbadas pelos órgãos competentes, deverão ser comunicados ao Ministério da Educação, para devidas providências. (Lei Nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.)

Diante de uma “demanda” reprimida de alunos que disputavam as vagas em vestibulares concorridos, muitos empresários investiram na abertura de instituições de ensino. Desde então, a história do ensino superior noturno no Brasil, praticamente se confunde com a história do ensino superior privado.

Desde a Reforma de 1968 a qualidade do ensino noturno é preocupante, mas tem-se ressaltado padrões de qualidade para a educação superior, sobretudo para cursos oferecidos no período noturno, na tentativa de assegurar o mesmo nível de qualidade do ensino diurno ao noturno.

Artº 47.

§ 4. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária. (LDB, 1966, p.14)

O Plano Nacional de Educação¹⁵ (2001) menciona a necessidade de expansão de vagas na educação superior, com ênfase no setor público

¹⁵ O PNE é um plano de governo que estabelece diretrizes, metas e prioridades para o setor educacional brasileiro, com o objetivo de melhorar a qualidade de ensino em todo o Brasil e a criação de incentivos para que todos os alunos concluam a educação básica. Disponível em:<<http://klickeducacao.com.br/2006/conteudo/pagina/0,6313,-141-609-,00.html>>. Acesso em: 01 out. 2009

Deve-se assegurar (...), portanto, que o setor público, neste processo, tenha uma expansão de vagas tal que, no mínimo, mantenha uma proporção nunca inferior a 40% do total [...] Ressalte-se a importância da expansão de vagas no período noturno, considerando que as universidades, sobretudo as federais, possuem espaço para esse fim, destacando a necessidade de se garantir o acesso a laboratórios, bibliotecas e outros recursos que assegurem ao aluno-trabalhador o ensino de qualidade a que têm direito nas mesmas condições de que dispõem os estudantes do período diurno (BRASIL, 2001, p.97).

Nota-se que o Plano Nacional de Educação aparece explicitamente a expressão “aluno-trabalhador”, com a preocupação de que a educação a ele oferecida tenha a mesma qualidade daquela ministrada aos estudantes do turno diurno, reforçando, portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.(BITTAR; ALMEIDA; VELOSO. 2008, p.299)

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2004 (INEP, 2005), havia no Brasil cerca de 2,5 milhões de matrículas em cursos de graduação presenciais no período noturno, este número, por sua grandeza, já merecia algumas análises e reflexões por parte da sociedade. Hoje de acordo com Censo 2007 essa realidade continua crescendo, cerca de 3,0 milhões de matrículas em cursos de graduação presenciais pertence ao ensino noturno.

Tabela I – Matrículas em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica e turno - 2007

INSTITUIÇÃO	DIURNO	NOTURNO	TOTAL
Pública	776.399	464.569	1.240.968
Privada	1.094.449	2.544.964	3.639.413
Total Pública/Privada	1.870.848	3.009.533	4.880.381

Fonte:MEC/INEP/DEED/2007

No ano de 2007 o Brasil teve um total de 4.880.381 matrículas nos cursos de graduação, cerca de 2.544.964 eram do ensino noturno do setor privado e 464.569 do período noturno de uma IES pública. Enquanto também em IES pública no período do diurno tem um total de 776.399 e no ensino privado período diurno 1.094.449.

Há grandes chances de que o número de matrículas nas instituições de ensino superior privadas, e particularmente no ensino noturno, continuará em ascensão devido às políticas do governo federal, como por exemplo, o Programa Universidade para Todos – PROUNI, não desconsiderando também os programas de permanência que existem em universidades privadas comunitárias, por exemplo, a Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, como citado em capítulo anterior.

Sabe-se que a realidade brasileira do período noturno é, em geral, caracterizada por estudantes que trabalham durante o dia, em área não necessariamente associada a seu interesse, o que os leva a optar por curso noturno e tentar obter recursos financeiros para ajudar a realizar o curso superior. Assunto a ser abordado no próximo item.

2.2 – O Estudante Trabalhador do ensino noturno

A evolução do percentual de matrículas no ensino superior noturno, bem como a participação crescente no número de matrículas nas instituições de ensino particulares, para suprir a limitação do número de vagas oferecidas pelo ensino público, evidenciam a realidade do estudante-trabalhador, seja ele do sexo masculino ou feminino.

O ensino noturno é a solução encontrada por aqueles que precisam trabalhar e, ao mesmo tempo, estudar. Segundo o ex-Ministro da Educação, Tarso Genro, a terceira e última versão do anteprojeto de reforma universitária (2006) estabeleceu a vinculação de recursos das universidades para assistência estudantil, o documento propôs que um terço das vagas dos cursos de graduação das instituições públicas seja oferecido no turno da noite.¹⁶

Com base ainda nessas informações tem-se a LDB (Lei nº 9394/1996) que faz alusão ao ensino superior noturno da seguinte maneira:

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

¹⁶ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1266>>. Acesso em: 06 out. 2009

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

§ 4º. As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária. (LEI n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.).

Os jovens das camadas médias e das camadas populares não conseguem ter acesso à universidade pública, pois além de serem oferecidas poucas vagas no vestibular, esses jovens não se encontram preparados adequadamente para concorrer a elas, pois em sua maioria concluíram o ensino médio em escolas públicas e não tiveram condições para pagar um cursinho pré-vestibular.

Levando em consideração que o vestibular tem um grau de exigência muito elevado, no qual poucos conseguem passar por não terem tempo para dedicar horas do seu dia aos estudos, tendo então que optar pelo ensino noturno privado, para poder ter acesso à educação superior.

Essa informação se confirma mediante a tabela a seguir que identifica números de matrículas para estudantes em instituições de ensino superior privado e público.

Tabela 2. Evolução do Número de Matrículas, segundo a Categoria Administrativa - Brasil - 2005 a 2007

ANO	TOTAL	%	PÚBLICA						PRIVADA	%
			Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2005	4.453.156	7,0	579.587	0,9	477.349	1,2	135.253	2,4	3.260.967	9,2
2006	4.676.646	5,0	589.821	1,8	481.756	0,9	137.727	1,8	3.467.342	6,3
2007	4.880.381	4,4	615.542	4,4	482.814	0,2	142.612	3,5	3.639.41	5,0

Fonte: MEC/INEP/DEED, acesso em 22 set. 2009

O número total de matrículas na educação superior cresceu 4,4% em 2007, como observado em tabela, verifica-se que a maior parte das matrículas, cerca de 3,7 milhões (74,6%) do ano de 2007, pertence às instituições privadas, que registraram aumento de 5% em relação ao ano anterior. As demais matrículas estão computadas nas IES federais, estaduais e municipais, correspondendo a 12,6%, 9,9% e 2,9% do total.

O fato de pertencer a camadas populares e algumas vezes camadas médias, leva os estudantes a trabalhar em idade de escolarização obrigatória, restando a eles somente o estudo noturno. As atividades: trabalho e estudo, como duas atividades interligadas e presentes na vida dos estudantes-trabalhadores, tornando se impossível falar de um sem mencionar o outro, não apresenta uma correlação, mas um cotidiano sofrido. O que caracteriza a vida é o trabalho, ou seja, esta atividade que fixa os limites do estudo, do lazer e do descanso; o tempo assume um papel de vigilante na vida desses alunos, ou seja, o trabalho e o estudo assumem papel de guardiões em relação às outras atividades do cotidiano desses jovens.

O aumento constante e significativo de jovens de camadas populares na busca pelo acesso ao ensino superior enfrenta alguns obstáculos centrais, tais como: a desinformação a respeito de ensino superior, dificuldades de locomoção no espaço urbano (jovens constroem suas vidas apenas nos bairros da periferia onde residem), falta de apoio da própria comunidade e muitas vezes, do grupo familiar e dos amigos.

Segundo Terribili (2008) a rotina diária de levantar cedo, trabalhar o dia todo, enfrentar as dificuldades de trânsito e transporte é a realidade de dezenas de estudantes no período noturno, alimentação inadequada e um percurso de volta a residência marcado pela insegurança.¹⁷

Acresça-se ao cenário, reduzida quantidade de horas de sono, pouco lazer e a própria legislação trabalhista, que não oferece flexibilização de horário de trabalho para o estudante trabalhador e muitas vezes não propicia benefício-alimentação adicional, para que o estudante possa se alimentar antes das aulas, uma vez que se locomove diretamente do local de trabalho para a instituição.

Geralmente o estudante trabalhador não trabalha apenas para pagar mensalidade da faculdade, mas em vários casos, é ele quem sustenta a família, paga as contas da casa, faz as compras, etc.

É o ensino superior noturno que atende a demanda de alunos que não tem possibilidade de estudar no turno matutino e vespertino, pois é constituída de trabalhadores, sendo uma das poucas opções para garantir um diploma de nível superior.

¹⁷ TERRIBILI, apud, Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-dura-realidade-do-estudante-do-periodo-noturno-353698.html>>. Acesso em: 25 set. 2009

Apesar de no Estatuto do Trabalhador-Estudante aprovado pela Lei 7/2009, de 7 de fevereiro de 2009 constar que as empresas devem elaborar horários de trabalho específicos para os trabalhadores-estudantes, com flexibilidade ajustável à frequência das aulas e à inerente deslocação para os respectivos estabelecimentos de ensino, esses estudantes não vêm essa informação como algo concretizado e enfrentam de modo mais intenso, problemas diários no trânsito e transportes, implicando atrasos e perdas de aulas.(TERRIBILI e RAPHAEL, apud, TERRIBILI; BARREIRO. 2007 p.92)

Mesmo assim buscam, por meio da educação superior, o reconhecimento social, formação profissional e obtenção de um diploma, na expectativa de aumentar suas chances de competição no mercado de trabalho, melhorar suas condições de vida, sonhos de todo cidadão.

Outra informação que não se concretiza e consta no Estatuto é referente às avaliações:

O trabalhador-estudante pode faltar justificadamente por motivo de prestação de prova de avaliação, nos seguintes termos: no dia da prova e no imediatamente anterior; no caso de provas em dias consecutivos ou de mais de uma prova no mesmo dia, os dias imediatamente anteriores são tantos quantas as provas a prestar; os dias imediatamente anteriores referidos nas alíneas anteriores incluem dias de descanso semanal e feriados. As faltas dadas ao abrigo das disposições anteriores não podem exceder quatro dias por unidade curricular em cada ano lectivo. (de acordo com o ponto 1 do Artigo 91.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro).

O que na verdade não ocorre. Porém, em relação ao trabalho os grupos se instituem em busca da sobrevivência, distribuindo ocupações, atribuindo tarefas de acordo com o sexo, a idade e as características físicas. Da organização da sobrevivência resultou a hierarquização do trabalho e com ele das pessoas na vida do grupo.

Através do trabalho, o ser humano, agindo sobre a natureza, transforma a sua realidade e, portanto, a si mesmo.

O trabalho é sobretudo, um fenômeno que une o homem e a natureza. Um fenômeno no qual o homem adapta, dirige e controla a troca de matéria que faz com a natureza. Age perante a matéria natural como uma força natural. As forças naturais que pertencem ao seu corpo, os seus braços e as suas pernas, a sua cabeça e as suas mãos, movimenta-se para se apropriar da matéria natural sob uma forma que possa servir a sua própria vida. Agindo sobre a natureza que lhe é exterior através desse movimento e

transformando-a, transforma também sua própria natureza (MARX, 1977, p.197)

Segundo Marx (1977), para além do meio pelo qual o homem estabelece sua relação instintiva de sobrevivência frente à natureza, o trabalho é também meio consciente de domínio sobre a natureza, não apenas exterior, mas interior ao próprio homem e em relação à sua própria existência.

Para o estudante-trabalhador é o trabalho que fixa os limites do estudo, embora ambos sejam considerados importantes, ele é colocado como prioridade, não só por garantir a sua sobrevivência imediata, mas por viabilizar o próprio estudo. Trabalhar, enfrentando os atuais desafios impostos pelo modo de produção capitalista e estudar, dentro das condições oferecidas pelo sistema educacional brasileiro, impõe aos trabalhadores-estudantes um grande desgaste físico, intelectual e emocional. Suas expectativas diante do ensino superior variam desde a ascensão profissional e financeira à realização pessoal e à valorização social.

2.3 – PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO DO ESTUDANTE NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UCDB

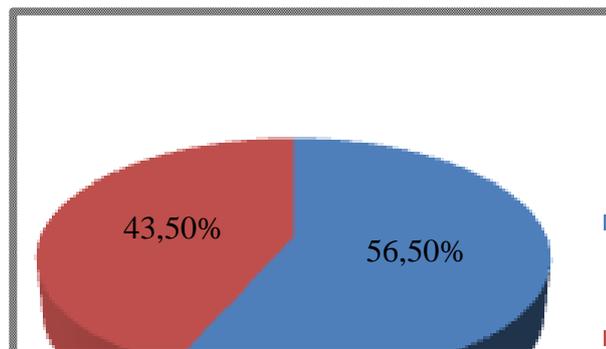
A aplicação do questionário aos acadêmicos do Curso de Serviço Social teve por objetivo conhecer melhor a realidade concreta do trabalhador estudante. Os dados obtidos não podem ser entendidos como conclusivos, mas podem nos indicar algumas tendências e auxiliar no entendimento da realidade dos trabalhadores estudantes. Lembrando que o questionário foi passado aos 23 acadêmicos que possuem bolsa de permanência e cursando o último ano do Curso de Serviço Social no período noturno, na qual obtivemos as seguintes informações.

No quesito gênero, 95,70% são mulheres e 4,30% são homens cursando o último ano do Curso de Serviço Social. A profissão teve origem com a ascensão da sociedade burguesa no século XIX. Assim, com o aparecimento de classes sociais a burguesia (classe social dominante) necessitava de um profissional que cuidasse da área social “assistindo” a classe proletária. Dessa forma, a classe dominante exerceria certo "controle" sobre os proletários.

No Brasil foi por intermédio da Liga das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras Brasileiras que teve início a preparação de pessoas para trabalharem na assistência preventiva e no apostolado social, o que permitiu o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, na década de 1930. Até hoje essa característica repercute para alguns como sendo uma profissão exclusivamente feminina. (TORRES, 2002, p.28).

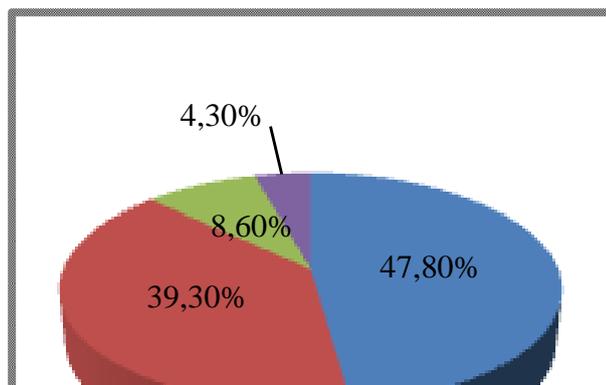
Com relação à idade com a qual concluíram o ensino médio, a característica dos alunos entrevistados é a seguinte:

Gráfico I: Com que idade concluiu o Ensino Médio



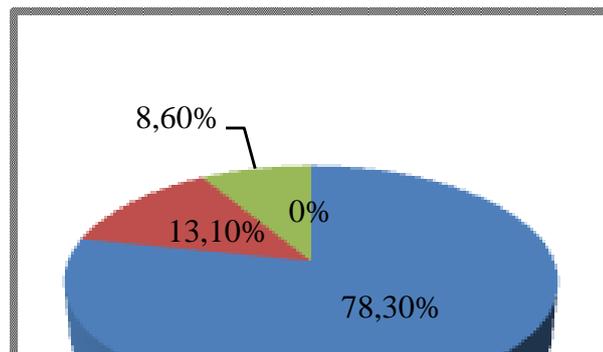
O número de acadêmicos que terminaram o ensino médio com até 17 anos de idade é de 56,50%, uma quantidade significativa quando se retrata da educação no Brasil de alunos fora da escola. Porém, o total de 43,50% de acadêmicos que concluíram o ensino médio depois da idade “normal” é relevante.

Gráfico II: Com que idade ingressou na Universidade



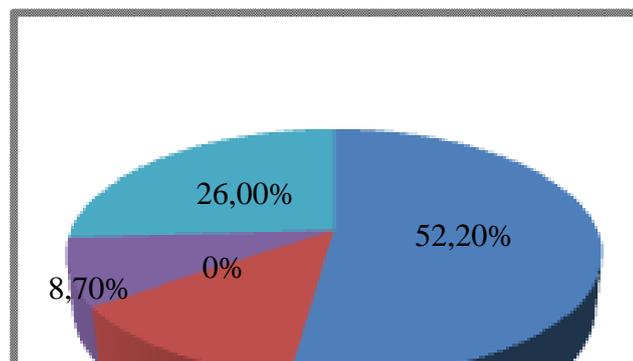
Cerca de 47,80% desses acadêmicos ingressaram na Universidade com idade dentro da Taxa de Escolarização Líquida¹⁸ que segue o IBGE, é a idade ideal para cursar determinado nível de ensino; no ensino superior a idade ideal fica na faixa etária de 18 a 24 anos de idade. As porcentagens obtidas nos mostram que a grande maioria dos estudantes é de um grupo jovem que saiu há pouco tempo do ensino médio, como se confirma com gráfico I.

Gráfico III: Estado Civil



Notamos neste gráfico que a maioria dos beneficiados é solteira, consistindo num segmento de estudantes que, em tese, possui maior tempo para se dedicar aos estudos e ao trabalho.

Gráfico IV: Com quem mora

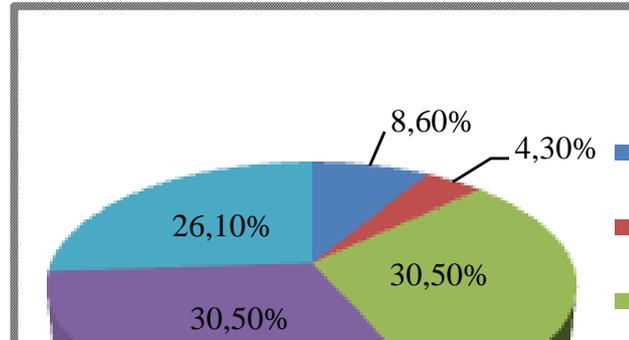


Cerca de 52,20% reside com os pais, que em alguns casos contribui para a formação, pois as despesas e preocupações com a casa são menores, mas isso se não habitarem com pais

¹⁸ A taxa de escolarização líquida é o percentual da matrícula em determinado nível de ensino e com idade adequada para cursá-lo, em relação à população na faixa etária adequada para cursar o referido nível de ensino. Para o ensino fundamental, a população considerada adequada é de 7 a 14 anos de idade; para o ensino médio, a população de 15 a 17 anos; e para o ensino superior, a população de 18 a 24 anos.(INEP. Educação Superior Brasileira 1991-2004. Brasília: INEP, 2006, p. 383).

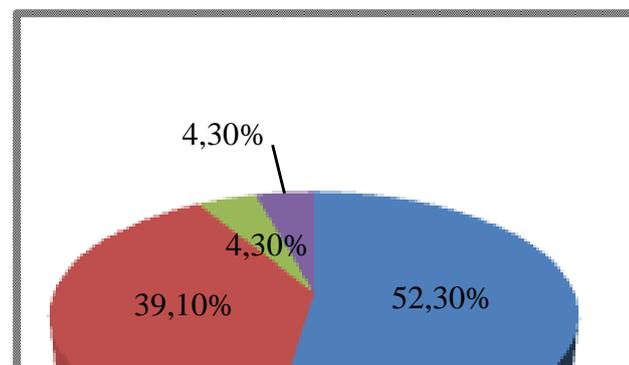
doentes que precisem de cuidados dos filhos e caso o acadêmico não seja o único provedor da família.

Gráfico V: Quantas pessoas moram na casa



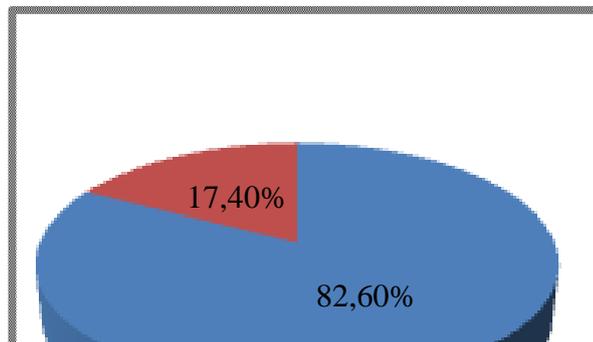
Em análise de quantas pessoas moram na casa onde residem os acadêmicos, tem-se empate com aqueles que moram entre três e quatro pessoas com porcentagem de 30,50% e 26,10% residem com cinco ou mais pessoas. Isso significa que 3, 4 e 5 (ou mais de cinco) pessoas morando na mesma casa, é uma despesa relativa e alta, portanto, a necessidade do trabalho.

Gráfico VI: Renda Mensal



A grande porcentagem possui renda familiar de três a cinco salários mínimos¹⁹, ou seja, equivalente a R\$ 1395,00 a R\$ 2325,00 - um valor irrisório diante do número de pessoas do grupo familiar que depende desse rendimento e quando se coloca no orçamento da casa: faculdade, despesas de casa – alimentação, água, energia, gás, farmácia, aluguel ou prestação da casa própria, telefone, transporte, etc.

¹⁹ Segundo Medida Provisória nº 456, de 30 de Janeiro de 2009 informa através do Art. 1º que o salário mínimo é de R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais).

Gráfico VII: Você Trabalha

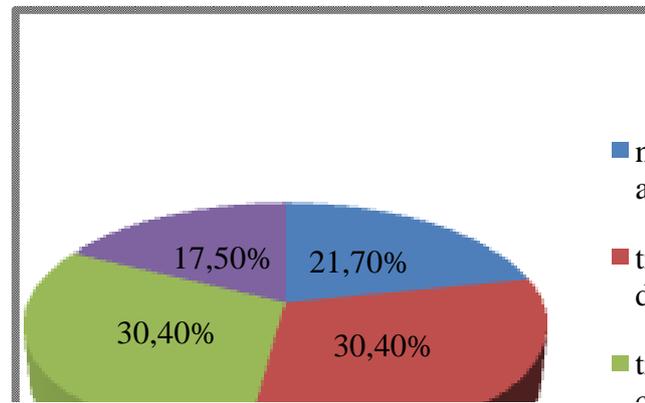
Entre os 23 acadêmicos pesquisados que usufruem de algum tipo de bolsas de estudo, 82,60% são trabalhadores. A forma como conciliam trabalho e estudo foi uma das questões abordadas da qual obtivemos tais respostas:

Concilio com muito esforço, tento chegar em casa e dormir rapidamente, para no outro dia chegar mais cedo depois do trabalho e tentar estudar na sala da Universidade. (aluna, 15)

Trabalho a semana inteira até as 17:30, vou para casa comer e venho para a 'facul', e ainda sou dispensada 2x por semana para ir no estágio e ainda tenho que encontrar tempo para a família, namorado e amigos. (aluna, 18)

Não consigo, no trabalho só realizo atividades institucionais e na Faculdade procuro me esforçar, porém o cansaço as vezes acaba vencendo. (aluna, 17)

A rotina de estudantes que dividem a vida entre trabalho e universidade é uma realidade constante no Brasil. Acredita-se que a produtividade durante a noite não é a mesma de quem estuda de dia, devido ao período de trabalho. Porém, em alguns casos é melhor de se estudar, pois, é constituído de alunos trabalhadores e tem maior maturidade, isso ajuda no andamento das aulas. Mas, a casos e casos; o rendimento de alguns alunos em relação aos estudos pode ser independente de qual turno estará cursando, pois irá depender da maturidade e da dedicação do mesmo.

Gráfico VIII: O que mais descreve seu caso

Neste gráfico aborda-se a questão do aluno trabalhador na ajuda do sustento da casa: cerca de 30,40% dos alunos, trabalham e recebe ajuda da família e a mesma porcentagem 30,40% participam de forma substancial para manter a vida econômica familiar.

A grande preocupação que alguns acadêmicos tiveram durante o decorrer do curso foi de ter que algum dia escolher entre o trabalho e o estudo por não darem conta de conciliar os dois. Foi abordada uma questão em relação da escolha e alguns informaram que tiveram que abandonar o emprego se quisessem concluir os estudos.

Sim, tive que fazer uma escolha, trabalhava no shopping de domingo a domingo, foi semestre passado. (aluna, 11)

[...] trabalhava em plantões diretos de 24horas, tive que escolher ou largava o emprego ou meu patrão mudava meu horário, porque faltava muito na aula, resolvi largar o emprego. (aluna, 10)

As maiores dificuldades encontradas pelos acadêmicos foram:

Conciliar todas as atividades diárias mais estágio obrigatório e trabalho. Estágio fora do horário do curso. (aluna, 3)

O valor das mensalidades e a falta de tempo para dedicar aos estudos. (aluna, 4)

Cansaço, por ter que trabalhar de dia e estudar a noite, a localização da universidade. (aluna, 8)

Trabalho com plantão de 24h; das 8 as 8h. sou obrigada a faltar e isto dificulta por causa das matérias e faltas. (aluna, 10)

Falta de tempo para estudar e também financeiro, pois mesmo tendo bolsa, fiquei um tempo desempregada. (aluna, 11)

Dificuldades financeiras, falta de tempo para estudar, cansaço, falta de equipamentos para o estudo como computador e acesso a internet em casa; muitas vezes fiquei desempregada como agora, agravando a dificuldade financeira e fragilização pelo não emprego. (aluna, 16)

Problemas pessoais/familiares, desgaste físico e mental devido a dupla jornada de trabalho e estudo, falta de tempo para estudar e descansar. (aluna, 17)

As dificuldades encontradas no curso de Serviço Social se relacionam também com a falta de tempo para estudar e se dedicar aos estudos; é o que afirmam duas acadêmicas:

[...] as principais dificuldades com o curso é pouco tempo para estudar , me dedicar mais , dinheiro para comprar livros, não possuir computador e a grande dificuldade pagar as mensalidades.(aluna, 13)

[...] dificuldades financeiras para pagar as mensalidades, e de tempo para relacionar o curso com o trabalho muitas vezes, faltando devido tempo para o estudo. (aluna, 16)

As dificuldades com as quais os beneficiados se deparam são inúmeras, muitas das quais acabam prejudicando o rendimento acadêmico ocasionando problemas com os critérios exigidos pelo Programa. Mesmo passando por todas as dificuldades acima citadas os bolsistas têm grandes expectativas com relação ao curso escolhido e ao futuro, é o que abordaremos a seguir.

2.4 – Relação entre os Benefícios Sociais e a Permanência do Estudante nos Cursos Noturnos

A precarização da educação superior pública no Brasil, bem como as transformações ocorridas no mercado de trabalho que é cada vez mais informal, leva muitos estudantes a procurarem a UCDB.

Muitos acreditam que por ser uma Instituição Católica e comunitária atende a todos sem distinção, e, primordialmente, pelos programas de bolsas oferecidos pela IES, que amplamente divulgados, provocam expectativas naqueles que, sem condições de ingressar em instituição pública de educação Superior e sem poder pagar integralmente as mensalidades das IES Particulares, buscam qualquer recurso para a conclusão de seus cursos.

Todas as pessoas independentemente de suas condições econômicas têm direito de freqüentar o ensino superior. Garantir a permanência dos estudantes nos cursos de graduação é essencial para uma universidade, mas não é o que ocorre em todas as IES. A UCDB, por ser uma Universidade Comunitária, deve manter seu certificado de filantropia²⁰; nesse sentido ela se destaca em oferecer bolsas de estudo, como citado nesta pesquisa.

Conforme suas características jurídicas, a Universidade Católica Dom Bosco, além dos serviços públicos oferecidos à comunidade em geral por meio de diversos projetos do Complexo NUPRAJUR (Núcleo de Práticas Jurídicas) e das Clínicas Escola, disponibilizava cerca de 1500 bolsas de estudos semestralmente, com percentuais variando de 30 a 100% por meio da Bolsa Social. Com a instituição do ProUni a universidade iniciou um processo de extinção da referida Bolsa, já que seria impossível, financeiramente, seguir com as duas modalidades de benefício. (MAIA, 2006, p.17).

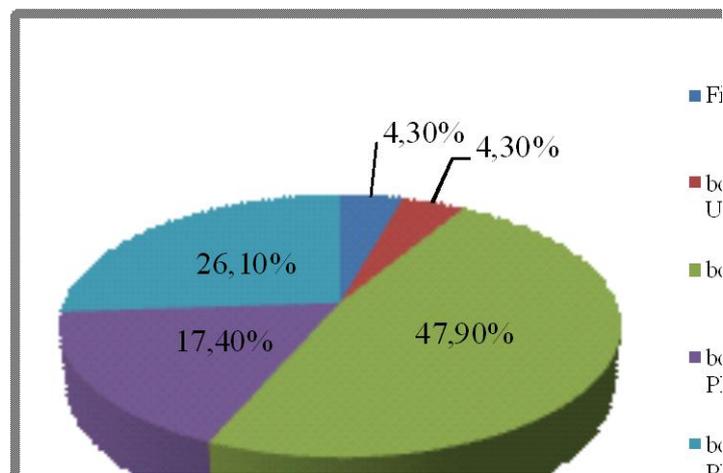
Segundo o Regimento Interno da UCDB, a Bolsa Social se constitui em uma modalidade de bolsa gratuita oferecida semestralmente aos acadêmicos comprovadamente em condições de vulnerabilidade socioeconômica para os quais são distribuídos percentuais de descontos que variam de 30% a 100% dependendo da análise documental realizada. (UCDB, 2005b). Os recursos financeiros são oriundos da própria Universidade e estão incluídos no percentual de filantropia que deve ser oferecido de acordo com a Lei, como citado anteriormente.

O objetivo da Bolsa Social é oferecer aos acadêmicos que comprovadamente não podem arcar integralmente com os custos de um curso superior, sendo um estímulo financeiro no qual possam ter a possibilidade de concluir o ensino superior, desde que obedecidos os critérios do regulamento. (MAIA, 2006, p.17).

Na pesquisa realizada com acadêmicos do último semestre do curso de Serviço Social observamos os benefícios que mais se destacaram, com relação ao financiamento utilizado para conclusão do curso:

²⁰ Explicação na página 27.

Gráfico IX: Qual o financiamento utilizado para o custeio das despesas com o curso



Todos os entrevistados são bolsistas, mas destaca-se entre eles com 47,90% o número de acadêmicos que utilizam a bolsa parcial (50% do custeio das mensalidades) oferecidas pela UCDB, em segundo lugar com 26,10% os alunos que conseguiram bolsa integral (100%) por meio do PROUNI.

Alguns alunos com bolsa da UCDB (bolsa estágio) além de trabalhar, prestam serviços à Instituição no horário em que não estão trabalhando ou estudando, e, desse modo, conseguem o desconto no valor das mensalidades. Essas bolsas destacam-se entre: estágios, coral, esportes, etc.

Muitos jovens sem os benefícios oferecidos por esta Instituição não teriam condições para cursar a Educação Superior o que relatam as acadêmicas pesquisadas na questão: **Sem a concessão do financiamento que utiliza, seria possível concluir o curso superior? Por quê?**

Acho que não, até mesmo com o desconto já encontro dificuldades. Hoje em dia com essa crise mundial, desembolsar quase 600,00 mensais é complicado. (aluna, 19)

Provavelmente não, porque não tenho apenas a faculdade para pagar, são muitas outras coisas, que se formos colocar no papel em caso de sobrevivência são mais importantes que o curso superior. (aluna, 15)

Estudar no período noturno em uma universidade privada para um aluno trabalhador é identificado como sendo um meio para obter um diploma de nível superior e os benefícios sociais como um meio para arcar com as mensalidades.

Essas bolsas disponíveis podem ser consideradas políticas de permanência para o aluno; a Instituição por meio da seleção feita pelos vestibulares, não proporciona apenas o acesso, mas também a permanência desses acadêmicos. O acadêmico até consegue passar no processo de seleção para acessar a universidade, mas no decorrer do curso não consegue arcar com os altos valores das mensalidades.

Entende-se por permanência a condição de o estudante chegar até o último ano, enfrentando os obstáculos e dificuldades surgidos no decorrer do curso. (CAVALCANTE, 2008, p. 100).

Para alguns acadêmicos as maiores dificuldades para chegar até o último ano do curso foram:

[...]conciliar todas as atividades diárias mais estágio obrigatório e trabalho. Estágio fora do horário do curso. (aluna, 3)

[...]trabalho com plantão de 24:00h das 08:00 as 08:00 sou obrigada a faltar, as vezes isto dificulta por causa das matérias e faltas(acadêmica 10)

[...]falta de tempo para estudar e também financeiro, pois mesmo tendo bolsa, fiquei um tempo desempregada. (aluna, 11)

[...]dificuldades financeiras, falta de tempo para estudar, cansaço , falta de equipamentos para o estudo como computador e acesso a internet em casa, muitas vezes fiquei desempregada como agora, agravando a dificuldade financeira e fragilização pelo não emprego.(aluna, 16)

[...]problemas pessoais/familiares , desgaste físico e mental devido a dupla jornada de trabalho e estudo,falta de tempo para estudar e descansar. (aluna, 17)

[...]conciliar os momentos de estágio, o relacionamento no campo de estágio. O financiamento, contas a pagar e as mensalidades mesmo que reduzidas.(aluna, 21)

Esses são estudantes trabalhadores com uma atividade que absorve muitas horas diárias, e por isso mesmo estabelece forte concorrência com os estudos.

Podemos observar nas questões abertas do questionário, que até mesmo com a concessão das bolsas é difícil o estudo para o estudante trabalhador do ensino noturno, uma vez que as bolsas de estudo não aliviam o stress da longa jornada de trabalho e não aumentam o grau de conhecimento dos estudantes. Mas, como já explicitado, sem a disponibilização dessas bolsas, muitos não completariam o curso, pois, esses estudantes da classe trabalhadora acabam tendo como solução, mesmo que parcial, os programas assistenciais.

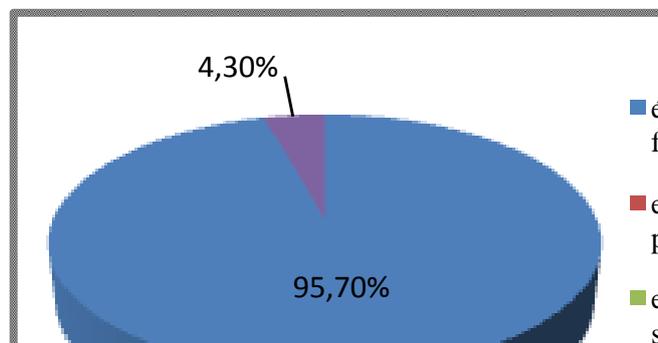
O que vem incomodando os jovens e sendo como mais um motivo para aumento de estudantes no ensino noturno é sua inserção no mercado de trabalho e a necessidade de trabalhar para melhorar o orçamento familiar. Quando se trata de educação superior, o trabalhador torna-se estudante ao perceber a necessidade de uma habilitação profissional ou uma atualização que o capacite a defrontar-se com o mercado de trabalho.

Tendo em vista que a educação superior apresenta para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, os estudantes procuram se dedicar o máximo possível para obterem uma boa qualificação.

Apesar de todas as dificuldades, as respostas fornecidas pelos alunos indicaram que eles chegaram ao final do curso satisfeitos, pois realizaram mais um sonho, que é apenas o início de tudo, que não querem parar, mas continuar estudando.

Foi perguntado, também, se o curso de Serviço Social escolhido foi o que queria, obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico X: O curso de Serviço Social



Cerca de 95,7% optaram pelo curso de Serviço Social, um número significativo e que expressa muito bem a força de vontade da conclusão do curso pelos estudantes.

Essa profissão vem crescendo cada vez mais. O Curso de Serviço Social tem por finalidade formar assistentes sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, a formação do Assistente Social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas

populares. Além dessa compreensão, ao Assistente Social cabe o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos para ação nos processos sociais.

O Assistente Social tem um mercado de trabalho bastante diversificado, atuando em órgãos públicos, hospitais, centros de saúde, varas da infância e da juventude, sindicatos, entidades filantrópicas, organizações não-governamentais, abrigos, creches, associação de moradores, empresas, consultorias.

Os assistente sociais têm uma formação bastante ampla que lhes permite trabalhar nas mais diversas áreas. Nas instituições públicas e privadas com as políticas sociais de maneira geral em saúde, habitação, educação, desde o nível do planejamento, passando pelo administrativo, até a execução, na ponta. Também encontra trabalho em ONGs, no sistema judiciário, em assessorias, consultorias, pesquisas [...]. Disponível em: <http://www.unb.br/graduacao/cursos/sobre/serv_social.php>. Acesso em: 05 nov. 2009

O assistente social tem sido solicitado para trabalhar em equipes multiprofissionais em diferentes contextos na medida em que o olhar desse profissional aprofunda o conhecimento do social em outras áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, pôde-se observar que o ensino noturno é de fundamental importância para aqueles que precisam trabalhar para poder estudar.

Uma Universidade Comunitária pode ser considerada como a melhor alternativa para o trabalhador estudante do ensino noturno, pois ela tem um compromisso social com o estudante, o professor e a sociedade. Suas ações são voltadas para o aspecto educacional de caráter social, desenvolvendo ações que consolidam a sua missão como IES comunitária.

Por ter que manter seu certificado de filantropia e ser caracterizada pelo fato de não ter fins lucrativos, a Universidade Comunitária tem seus recursos gerados ou recebidos, aplicados em suas atividades; ela contribui para a formação superior oferecendo bolsas de estudo, atendimentos gratuitos à população e a estudantes, como: assistência social e psicológica, assistência jurídica, bolsas, etc.

Foram através dos benefícios prestados pela Instituição, no caso o Setor de Serviço Social do Complexo NupraJur/Clínicas-Escola, campo no qual realizamos o estágio, que pode-se detectar o objeto de pesquisa: o estudante trabalhador do período noturno.

Nos atendimentos foram identificados alunos que passavam pelo setor de Serviço Social, solicitando atendimentos psicológicos, pois se apresentavam muito estressados, sobrecarregados por terem que trabalhar no período diurno e estudar no período noturno. Informações que nos chamaram atenção até pelo motivo de no próprio setor de estágio ter três acadêmicos conciliando trabalho, estudos e estágio, e ainda para freqüentarem um dia de atendimento nas clínicas de psicologia como usuário.

Apesar do objeto de pesquisa ter sido identificado no campo de estágio, apenas 4,30% dos alunos bolsistas do último ano do curso de Serviço Social utilizam os serviços prestados no Complexo NupraJur Clínicas – Escola, a clínica de Psicologia. Enfatiza-se, no entanto, que o questionário foi passado apenas a 23 alunos de toda uma instituição.

Por meio da pesquisa feita, foi possível verificar que a realidade de muitos estudantes é de trabalhar para poder estudar, todos buscam por meio da educação superior, o reconhecimento social, a formação profissional e a obtenção de um diploma, e procuram

alcançar esse objetivo em uma IES da qual lhe proporcione subsídios para arcar com os estudos.

Cerca de 69,70% dos alunos bolsistas do curso de serviço social, ingressaram na universidade, tendo todo seu ensino médio cursado em escola pública.

Tem-se o total de 56,60% de alunos que tentaram entrar primeiramente em uma universidade pública, não passando optaram pela privada, e 43,40% nunca prestaram vestibular para uma IES pública, foram direto para instituição privada. Esses alunos não tiveram a oportunidade de tempo para se dedicar exclusivamente aos estudos e se preparar para concorrer a uma vaga na IES pública, justamente pelo fato de estarem inseridos no mercado de trabalho.

A educação superior oferecida no período noturno é identificada como o meio para obter o certificado de um curso superior para a maioria dos trabalhadores de hoje, e de preferência uma instituição privada e comunitária, da qual possa se utilizar de outros meios oferecidos pela IES para subsidiar os estudos.

As maiores dificuldades reveladas nos questionários foram referente à questão socioeconômica e falta de tempo para os estudos; os alunos relataram que mesmo tendo bolsas de estudo oferecidas pela Universidade, encontraram dificuldades no decorrer do curso.

Sem a concessão da bolsa seria impossível para conclusão dos estudos, relataram os alunos. Como descrito no texto, 47,90% dos alunos utilizam como financiamento a bolsa parcial oferecida pela UCDB, essa bolsa se destina aos alunos e são pagas em forma de estágio (bolsa estágio) prestados na própria Instituição.

Os alunos que prestam serviços na Instituição, também trabalham em outra local, mas preferem ter sua mensalidade com valor reduzido, do que ficar livre um período para descansar e colocar os estudos em dia.

Porém, mesmo com todas as dificuldades encontradas no decorrer do curso, o que tem maior valor é chegar ao final e constatar que tudo o que passou valeu a pena, pois estudar significa investimento no futuro da carreira.

O trabalho do Assistente Social com o estudante trabalhador deve se realizar por meio da implementação de políticas de democratização da educação superior. Na pesquisa não

foram encontradas políticas específicas ao estudante-trabalhador do ensino noturno, mas sim políticas focalizadas para garantir o acesso e a permanência como, por exemplo, o ProUni.

Para Iamamoto (*apud* BRANDÃO; JOSÉ FILHO, 2002) “[...] o Serviço Social na contemporaneidade sintetiza o desafio de decifrar os novos tempos para que nele se possa ser contemporâneo”. É necessário que o profissional tenha conhecimento e amplie sua visão a modo de ver como se esta procedendo à questão do estudante-trabalhador.

O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões microscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, o homem atual, a vida atual e nela influir contribuindo para moldar os rumos da história. (BRANDÃO; JOSÉ FILHO, 2002 p. 24)

A prática profissional do Assistente Social deve ser vista como trabalho e o exercício profissional como processo de trabalho, que tem como matéria prima a questão social. (GAMA; OLIVEIRA, 2008, p. 39)

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 1993 p. 77)

Iamamoto afirma que “[...] a tarefa do Assistente Social é não só decifrar as formas e expressões da questão social na contemporaneidade, mas atribuir transparências as iniciativas voltadas a sua reversão e/ou enfrentamento” (1997, p.14).

O que esperamos é que o Assistente Social aprofunde seu conhecimento teórico sobre a questão do estudante-trabalhador, produzindo conhecimentos sobre essa realidade específica inerente à realidade da educação superior.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas no decorrer do curso o importante para o estudante trabalhador é ter concluído esse nível de ensino, tendo como apoio uma universidade comunitária

Muitos dos estudantes desta pesquisa se sentem recompensados por terem chegado onde estão, no último ano do curso de Serviço Social, lutando dia a dia para se manter e vencer essa etapa da vida, com o auxílio da bolsa de estudos.

Nesse sentido poderão começar a construir uma nova etapa no qual serão profissionais capacitados para exercerem na prática os conhecimentos adquiridos durante anos de estudo em uma universidade de qualidade e na área em que escolheram seguir.

REFERÊNCIAS

A) Livros, Artigos, Teses e Legislações

A CONCEPÇÃO de Extensão e Ação Comunitária em debate: Proposta de Documento Base do Fórum de Extensão das IES Comunitárias. Goiânia, 1999. In:
http://64.233.163.132/search?q=cache:jAEKxp_osj4J:www.uniso.br/forext/docs/cartas/doc_goiانيا.doc+a+concep%C3%A7%C3%A3o+de+extensao+e+a%C3%A7ao+comunit%C3%A1ria&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. [acesso em 20 de junho de 2009].

ASSOCIAÇÃO Brasileira das Universidades Comunitárias. Disponível em:
 <<http://www.abruc.org.br/>>. Acesso em: 21 mai. 2009.

ATO Institucional número cinco. Disponível em:
 <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_n%C2%BA_5>. Acesso em: 15 out. 2009.

BITTAR, Mariluce. Universidade Comunitária: uma identidade em construção. **Tese de Doutorado**. Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos, 1999.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de; VELOSO, Tereza Christina M.A. O Ensino Noturno nas Políticas de Educação Superior: Estratégia de Acesso para o Estudante-Trabalhador. p. 295-316. In. CHAVES, Vera Lúcia Jacob; SILVA JR, João dos Reis. (Orgs.). **Educação Superior no Brasil e Diversidade Regional**. Belém, EDUFPA, 2008.

BRANDÃO, Rita; JOSÉ FILHO, Mario. Uma reavaliação do contexto social atual e da instrumentalidade do serviço social. **Serviço Social e Realidade**. Franca: UNESP, 2002.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: 2001

CARTA DE CAMPINAS. Universidade e compromisso social: a contribuição da extensão. Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias – ForExt. Campinas. 2004. Disponível em:
 <<http://64.233.163.132/search?q=cache:T4akZ34MK54J:www.uniso.br/forext/docs/cartas/Carta%2520de%2520Campinas%25202004%2520-%2520vf%2520com%2520timbre.doc+carta+de+campinas+2004&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

CAVALCANTE, Maria Cleide Lima Pereira. Políticas de Educação Superior : acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1996 – 2006). **Dissertação de Pós-Graduação**. UCDB. 2008

CONSELHO Nacional de Assistência Social. **Instruções para requerer certificado**. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/cnas/registro-e-certificado/instrucoes-para-certificado>>. Acesso em: 15 ago. 2009

DECRETO n.º 2.536, de 6 de Abril de 1998. **Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providência.**

FERREIRA, Adriano de Assis . A Reforma do Ensino Livre. **Jus Navigandi** -Teresina, ensino jurídico - geral, v. 932, 2006. Disponível em:
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7865>. Acesso em 01 out. 2009.

FIES, Financiamento Estudantil. Disponível em:
 <http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp>. Acesso em: 25 abr. 2009.

FRANTZ, Walter. Universidade Comunitária: uma iniciativa pública não-estatal em construção. Ijuí. 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In: MACHADO, Lucília Regina de Souza; NEVES, Magda de Almeida; FRIGOTTO, Gaudêncio; e outros. **Trabalho e Educação**, Coletânea C. B. E.. 2ª Ed. Campinas, SP: PAPIRUS, 1994.

FURLANI, L. M. T. A Claridade da Noite: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998.

GAMA, Simone Moraes; OLIVEIRA, Aretha Fagundes. A Inclusão do Negro na Educação Superior: acesso e permanência na Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/MS, 2008. **Trabalho de Conclusão de Curso (BACHAREL). Universidade Católica Dom Bosco.**

GONÇALVES, Emílio. O estudante no direito do trabalho. São Paulo: LTR, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS – CE, Debate n.6, 1977.

IMPÉRIO do Brasil. Disponível em:
 <http://pt.wikipedia.org/wik/Imp%C3%A9rio_do_Brasil>. Acesso em: 16 ago. 2009

Lei 99/2009, de 27 de Agosto de 2003. Estatuto do Trabalhador

Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro. Aprova a revisão do Código do Trabalho

Lei Nº 3.026/93, de 06 de dezembro de 1990. Institui o passe de estudante, e dá outras providências.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei Nº 9.870, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

MACHADO, Joana Maria Matos. **Setor de Serviço Social Complexo NupraJur/ Clínicas Escola**. UCDB. Campo Grande. 2002.

MAIA, Suzanir Fernanda. O Impacto da Implantação do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) na Universidade Católica Dom Bosco. **Trabalho de Conclusão de Curso**. UCDB. 2006.

MARX, Karl. O Capital. Livro I, . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. V.1

Medida Provisória Nº 456, de 30 de Janeiro de 2009

Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/default1.htm>>. Acesso em: 27 set. 2009.

_____. **Sinopse estatística da educação superior: graduação 2005**. Brasília, DF, 2009

_____. **Tarso Genro entrega projeto de reforma universitária a Lula na sexta-feira**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1266>>. Acesso em: 06 out. 2009.

_____. **INEP. Educação Superior Brasileira 1991 – 2004**. Brasília: INEP, 2006

_____. **Sinopse estatística da educação superior: graduação 2006**. Brasília, DF, 2009

_____. **Sinopse estatística da educação superior: graduação 2007**. Brasília, DF, 2009

MINTO, Lalo Watanabe. As Reformas do Ensino Superior no Brasil: o público e o privado em questão, **Coleção Educação Contemporânea**, ed. Autores Associados LTDA, Campinas – SP, 2006.

MORAIS, João Luís, **Perfil das Universidades Comunitárias**. Brasília, MEC/SESu, 1989.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. A Reforma da Educação Superior e seus desdobramentos nas Universidades Federais: tópicos para um debate. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB**, n. 16, Campo Grande, dez. 2003.

PRADO Jr, Caio. Dialética do Conhecimento. 1960. *In*: CISNE, Mirla. Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na história “feminização” da profissão. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social, UFP**. 2004.

PRADO Jr, Caio. **Dialética do Conhecimento**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1960, I Tomo.

SALOMÉ, Josélia Schwanka. O Aluno do Ensino Noturno Frente a Era do Conhecimento. Tuiuti (UTPR), Curitiba, v. 28, n. 4, p. 137-170, 2002.

SAVIANI, Dermeval. Política e Educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1988. (Coleção Educação Contemporânea).

SÓSPITO, Marília. O ensino superior noturno e a democratização do acesso à universidade: debates e propostas. **INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v 67, n. 157, p. 617 – 647, set/dez. 1986. Mesa Redonda.

TEORIA do Capital Humano. Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_humano>. Acesso em: 03 out. 2009.

TERRIBILI, Armando. A Dura Realidade do Estudante do Período Noturno, 2008. In:

<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-dura-realidade-do-estudante-do-periodo-noturno-353698.html>. [acesso em 17 de setembro de 2009]

TERRIBILI, Armando; BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. Educação Superior no Período Noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões. **Ensaio**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 54, p. 81-102, jan/mar. 2007.

TORRES, Iraídes Caldas. As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

Universidade de São Paulo. **História da USP**. Disponível em:<

<http://www.reitoria.usp.br/reitoria/?q=node/14>>. Acesso em: 02 jun. 2009.

B) Documentos

UCDB – Setor de Serviço Social. **Plano de Ação**. Campo Grande: Campo Grande. 2005a.

UCDB. **Relatório Interno do Setor de Serviço Social. Complexo NupraJur Clínicas-Escola**. Campo Grande. 2002

UCDB. **Regimento Geral da Universidade Católica Dom Bosco**. Campo Grande. 2005b.

APÊNDICE

APÊNDICE I
QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS

Universidade Católica Dom Bosco
Questionário referente a pesquisa: Ensino Noturno: acesso e democratização da
educação superior

Eixo I: Dados Identificação

1. Aluno do curso de Serviço Social dosemestre.

2. Sexo:

Masculino

Feminino

3. Idade:

4. Estado civil:

solteiro(a)

casado(a)

separado(a)

viúvo(a)

5. Com quem você mora atualmente?

com seus pais

com esposo e filhos

com amigos

sozinho (a)

outro. Qual?.....

6. Quantas pessoas moram na sua casa?

duas pessoas

três pessoas

quatro pessoas

cinco ou mais pessoas. Quantas?

7. Marque a opção abaixo que mais descreve seu caso.

não trabalho, recebo ajuda da família.

trabalho e recebo ajuda da família.

trabalho e contribuo com o sustento da família.

sou o principal responsável pelo sustento da família.

8. Qual a faixa de renda mensal das pessoas que moram com você?(incluindo a sua)

até 3 salários mínimos

de 3 a 10 salários

de 10 a 15 salários

mais de 15 salários

Eixo II: Dados de Escolarização

9. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- todo em escola pública
- todo em escola particular
- parte em escola particular e parte em escola pública.

10. Com quantos anos você terminou o ensino médio?

- até os 17anos.
- mais de 17anos.

Justifique por que terminou depois dos 17anos.....

.....
.....

11. Com quantos anos você ingressou na universidade?.....

12. Você tentou ingressar em uma universidade pública?

- Sim.
- Não.

13. Você :

- terminou o ensino médio e já ingressou na Universidade, ou
- fez o EJA, educação de jovens e adultos antes de ingressar na Universidade
- fez cursinho preparatório gratuito
- fez cursinho preparatório particular
- outros.....

.....

14. O curso de Serviço Social:

- é o que você gostaria de fazer
- esta fazendo este curso por vontade de seus pais.
- escolheu o curso por causa do salário
- você escolheu esse curso em 2ª opção.
- Outros.....

.....

15. Encontra dificuldades no seu curso, Qual?

.....
.....
.....
.....
.....

16. Qual o financiamento que você usa para o custeio de suas despesas com o curso?

- () Financiamento Estudantil - FIES
- () bolsa integral oferecida pela UCDB(desconto nas mensalidades)
- () bolsa parcial oferecida pela UCDB.
- () bolsa parcial oferecida pelo PROUNI.
- () bolsa integral oferecido pelo PROUNI.
- () outro. Qual?.....

17. Você utiliza algum benefício oferecido pela Instituição no Complexo NupraJur Clínicas-Escola?

- () Núcleo de Práticas Jurídicas
- () Setor de Serviço Social
- () Clínicas (Fonoaudiologia, Psicologia, Nutrição, Fisioterapia, etc)
- ()
Outros.....

18. O que significa para você estudar no período noturno?

.....
.....
.....
.....
.....

19. Quais foram as dificuldades encontradas para chegar até o último ano do curso?

.....
.....
.....
.....

20. Como você as superou?

.....
.....
.....
.....

Eixo III: Dados sobre inserção no mercado de trabalho

21. Você trabalha?

- () Sim.
- () Não.

22. Em que setor?

.....
.....
.....
.....

23. Com quantos anos começou a trabalhar?.....

24. Como concilia trabalho e estudo?

.....
.....
.....
.....

**25. Houve momentos em que teve que fazer uma escolha entre trabalho ou estudo?
Quando e por quê?**

.....
.....
.....
.....

26. O que significa para você estudante trabalhador concluir um curso superior?

.....
.....
.....
.....

27. Quais as suas expectativas com o término do curso?

.....
.....
.....
.....

**28. Sem a concessão do financiamento que utiliza, seria possível concluir o curso superior?
Por quê?**

.....
.....
.....
.....

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

|

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO-UCDB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____
Portador (a) do RG n° _____, residente à
Rua _____ n° _____ Bairro _____
_____ Cidade _____, concordo em conceder entrevista à
pesquisadora Débora Juliana N. de Souza, que investiga “Quais são as políticas de permanência para
os estudantes do ensino superior noturno na UCDB?”, pesquisa vinculada ao projeto “Ensino Noturno:
Acesso e Democratização da Educação Superior”, sob a orientação da Professora Doutora Mariluce
Bittar. Fui informado (a) que os dados coletados na entrevista serão analisados e apresentados na
forma de pesquisa científica e que minha identificação pessoal será preservada.

Ao participar deste estudo fui esclarecido (a) e estou ciente que:

- a) caso não me sinta a vontade para responder qualquer questão, posso deixar de respondê-la, sem que isto implique em prejuízo;
- b) as informações que fornecerei, poderão ser utilizadas, para trabalhos científicos e minha identificação deve ser mantida sob sigilo;
- c) minha participação é inteiramente voluntária, e não fui objeto de nenhum tipo de pressão;
- d) tenho liberdade para desistir de participar, em qualquer momento, da entrevista;
- e) caso precise entrar em contato com o (a) pesquisado (a), estou ciente de que posso fazê-lo por meio do e-mail abaixo. _____

Campo Grande,..... de.....de 2009.

Participante da Pesquisa

Pesquisadora

Orientador

Comitê de Ética em Pesquisa: www.ucdb.br/cep